

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 Processo Administrativo nº 13/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, CNPJ 58.151.580/0001-06, por meio do(a) Diretoria Jurídica, sediado(a) Avenida Ramiro Colleoni, 5, bairro Centro, na cidade de Santo André/SP, CEP 09040-160, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 22/05/2026

Hora Inicial: 10:15

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Implantação do plano de sinalização e identificação visual nas áreas de mananciais dos municípios do Grande ABC - fase I - Etapa 2 - Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias informadas no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias abaixo informadas:

Quantitativos de equipamentos A REALIZAR - Fase I – Etapa 2 em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	20
TOTAL		144

Fonte: CIGABC, 2025

Placas Informativas, com textos, junto às escolas - PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA PLASTICA 87x205,4CM, conforme figuras abaixo, totalizando 87 (oitenta e sete) unidades, conforme projeto executivo disposto no Anexo I e locais preliminares de implantação dispostos no Anexo II:

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com

direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Instalação de 144 cento e quarenta e quatro placas, distribuídas nas seguintes tipologias informadas no Termo de Referência	Total

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Instalação de 144 cento e quarenta e quatro placas, distribuídas nas seguintes tipologias informadas no Termo de Referência	R\$ 100,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e,

para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou Conforme descrito no item 09 do Anexo I – Termo de Referência..

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e

de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Qualificação Econômico-Financeira:

8.20.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.20.1.1. Os documentos referidos no item 9.6.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.1.2 – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em plena validade.

8.20.1.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

8.20.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas nos balanços dos dois exercícios apresentados:

8.20.2.1. $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

8.20.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.20.4 – As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.21. Da Qualificação Técnica:

8.21.1. Considerando que o serviço é uma solução de escopo, a apresentação de atestado(s) ou Certidão(ões) de capacidade técnica operacional, em nome da empresa licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente ou similar com o objeto desta licitação. Não sendo necessário comprovar no atestado apresentado quantitativos executados.

8.21.1.1. Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação de diferentes atestados.

8.21.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.21.1.3. O(s) atestado(s) não poderá(ão) ser emitido(s) por pessoa física.

8.21.1.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.21.2. Comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), tanto da empresa licitante quanto dos profissionais indicados por esta como responsáveis técnicos, em suas respectivas áreas de atuação, para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Edital. A prova de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU deverá ser promovida através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, Certidão de Pessoa Física para os profissionais vinculados ao CREA e Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física para os profissionais vinculados ao CAU.

8.21.3. Como condição para assinatura do contrato, comprovação de que os profissionais detentores dos atestados possuem vínculo com a empresa licitante, que deverá ser obrigatoriamente comprovado através de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de trabalho ou Contrato Social quando se tratar de Diretor ou Sócio da Licitante, bem como, se profissional autônomo, através de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

8.21.4. Declaração, nos moldes do artigo 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, de que disponibilizará equipe mínima para a realização dos serviços, em atendimento ao Termo de Referência.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://consorcioabc.sp.gov.br/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail licitacao@consorcioabc.sp.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Pregoeiro: André Vitório Frigato

Santo André, 25 de abril de 2026

.....
Aroaldo Oliveira da Silva
Secretário Executivo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO VISUAL NAS ÁREAS DE MANANCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE

ABC – FASE I – Etapa 2

**EMPREENDIMENTO FEHIDRO 2023-AT_COB-159
CONTRATO FEHIDRO Nº 328/2023**

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC) reúne os municípios do Grande ABC, para o planejamento, articulação e definição de ações de caráter regional. Fundada em 1990, a entidade passou a ser, desde 2010, o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país. Nesta data, os prefeitos dos sete municípios instalaram a Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público.

O CIGABC foi transformado em órgão público para se adequar à Lei nº 11.107 de 2005, pela qual a União somente celebra convênios com consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública ou que para essa forma tenham se convertido. A mudança foi precedida por um Protocolo de Intenções assinado por todos os chefes de Executivo e aprovado pelas sete Câmaras Municipais.

A nova constituição jurídica deu poder de execução para a autarquia firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras em prol dos sete municípios; receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, para dar vida aos projetos regionais oriundos dos Grupos de Trabalho do Consórcio (CONSÓRCIO, 2017).

A entidade é mantida com recursos oriundos dos municípios, de acordo com suas receitas orçamentárias. A estrutura organizacional do Consórcio é composta pela Assembleia de Prefeitos, Secretaria Executiva, e Diretorias: Administrativa Financeira; de Planejamento e Infraestrutura; Jurídica e Contratos; Desenvolvimento Humano e Econômico; Relações Institucionais; e Comunicação. Ao longo de seus 35 anos, o Consórcio desenvolveu

projetos nas diversas áreas de atuação, desde projetos ambientais, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência social, inclusão social, mobilidade urbana, educação, saúde, gestão de riscos, entre outros. Além disso, o Consórcio participou ativamente das discussões para a criação da Lei Específica da Billings além de atuar junto ao governo estadual para a implementação da fiscalização ambiental integrada.

Com a transformação da entidade em instituição de direito público, o CIGABC passou a captar recursos para execução direta de projetos nas diversas áreas em que atua – meio ambiente, desenvolvimento social e econômico e de infraestrutura – tendo como financiadores órgãos dos Governos Estadual e Federal. São os grupos de trabalho, constituídos por secretários e técnicos municipais, os responsáveis pela gestão dos projetos junto à Diretoria de Programas e Projetos, resultando em uma equipe técnica de múltiplas competências e capacidades.

O Consórcio iniciou ações de sinalização em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) com a instalação de 176 placas com recursos próprios (Contrato 19/2016) concluído em fevereiro de 2017 e com identidade visual contratada a partir de um projeto FEHIDRO, de 2008. A entidade também captou recursos do FEHIDRO para a elaboração de projetos executivos em APRM em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como para o aprimoramento do Centro Regional de Gestão de Emergências – CGE. Atualmente, o CIGABC conta com uma equipe de em torno de 20 colaboradores diretos entre direção, corpo técnico, corpo administrativo e estagiários. Além da equipe fixa, a entidade conta com mais de 25 grupos de trabalho formados por técnicos, gestores e secretários municipais dos sete municípios.

Foi concluída, em setembro de 2022, a elaboração do Plano Regional de Sinalização e Identidade Visual das Áreas de Mananciais dos Municípios do Grande ABC, contratado pela entidade, também com recursos do FEHIDRO, considerando o Programa de Duração Continuada (PDC 1 - Bases Técnicas em Recursos Hídricos) do Plano de Bacia do Alto Tietê, na categoria “Apoio ao Planejamento e Gestão”, na ação “Elaboração de Plano de Sinalização e Identificação Visual dos Mananciais e dos Recursos Hídricos da BAT que subsidie a implantação da sinalização ambiental”. Em 2023 captou recursos FEHIDRO para a execução da “Fase 1” da Implantação do Plano de Sinalização em Mananciais, concluída em 2025, e, neste momento, inicia-se a contratação da Fase 1 – Etapa 2 do Plano, descrito no presente Termo de Referência.

2. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

2.1 Diagnóstico

Localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o Grande ABC reúne os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Com população estimada de mais de 2,8 milhões de habitantes (IBGE, 2020), a região integra a bacia do Alto Tietê e tem mais da metade do seu território inserido em área de mananciais, dividido em três sub-bacias: Billings, Alto Tietê Cabeceiras e Guaió.

Tabela 1: Área dos municípios do Grande ABC inseridas em APRM

Município	Área (km ²)					
	Total	Na APRM Billings	Na APRM Alto Tietê Cabeceiras	Na APRM Guaió*		
Santo André	175,78	97,2	55 %	-	-	-
São Bernardo do Campo	409,53	214,4	52 %	-	-	-
São Caetano do Sul	15,33	-	-	-	-	-
Diadema	30,73	7,3	24 %	-	-	-
Mauá	61,91	-	-	-	12,7	20%
Ribeirão Pires	99,08	63,9	64 %	21,65	22%	14,5
Rio Grande da Serra	36,34	36,34	100 ,0%	-	-	-
Total – Grande ABC	828,70	418,90	50 %	21,65	3%	27,20
					3%	

* De acordo com a proposta da futura APRM Guaió apresentada no PDPA.

Dados: IBGE Cidades; COBRAPE, 2018.

Berço da indústria automobilística e de multinacionais que se instalaram na região desde a década de 1950, a Região do Grande ABC apresentou acelerada urbanização inclusive com ocupação urbana desorganizada e de forma indiscriminada nas áreas de mananciais. A ocupação urbana em áreas de mananciais é resultado de acentuado crescimento demográfico que induziu à expansão urbana da RMSP. A partir da década de 1970, as áreas de proteção de mananciais foram ocupadas de maneira desordenada e precária, com habitações subnormais. Na década seguinte, a produção da RMSP se transforma de forma a propiciar novos polos industriais, o que acelera o crescimento populacional periférico e o esvaziamento das áreas centrais. Essa tendência de espraiamento urbano (em inglês, *urban sprawl*), caracterizada pela expansão horizontal das cidades, levou a

altas taxas de crescimento populacional em áreas de mananciais e, conseqüentemente, a degradação ambiental da região, colocando em risco o abastecimento de água da RMSP (ITIKAWA, 2008).

Desde a década de 1970, os mananciais que circundam a Região Metropolitana de São Paulo preocupam o Poder Público. O artigo 2º da Lei Estadual nº 898/1975 identifica as Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) da RMSP. Esta primeira legislação estadual disciplina o uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse regional. A Lei nº 1.172/1976 delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água referidos no artigo 2º da Lei nº 898/1975 e estabelece normas de restrição de uso do solo nessas áreas (COMITEAT, 2021).

Apesar das primeiras legislações visando a proteção dos mananciais datarem da década de 1970, a legislação e o modelo de gestão da época não foram suficientes para evitar a ocupação informal, irregular e descontrolada em algumas áreas de mananciais (COBRAPE, 2018), tendo sido expressiva no manancial da Billings e Guarapiranga, por exemplo (COMITEAT, 2021).

Em 1997, foi promulgada a Lei Estadual nº 9.866, também conhecida como “Lei de Mananciais”, que cria as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) e estabelece que o planejamento e a gestão das áreas de mananciais de interesse regional se deem por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), com fortes laços de articulação com os Sistemas Ambiental e de Desenvolvimento Metropolitano (COMITEAT, 2021). Essa Lei de Mananciais busca a gestão territorial através de uma análise de como ocupar, dos impactos da ocupação, da integração dos entes públicos e da sociedade para a solução, o monitoramento, a avaliação e revisão do planejamento (COBRAPE, 2018).

Dentre os instrumentos previstos na Lei de Mananciais, está a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA). O PDPA serve como base para a elaboração da Lei Específica que cria a APRM e estabelece suas diretrizes de gestão. A Lei Específica deve, portanto, determinar os limites de cada manancial bem como apresentar diretrizes para o estabelecimento de políticas setoriais relativas ao uso e

ocupação do solo, habitação, saneamento ambiental e infraestrutura sanitária, com o objetivo de manter a qualidade ambiental do manancial (COMITEAT, 2021).

Para cada manancial deve ser estabelecida uma APRM específica. Na Região do Grande ABC, apenas as sub-bacias do Reservatório Billings e Alto Tietê Cabeceiras possuem Leis Específicas promulgadas, sendo:

- Lei Estadual nº 13.579, de 13/07/2009 e Decreto Estadual nº 55.342, de 13/01/2010 – APRM Reservatório Billings, que abrange os municípios de Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá e São Paulo.
- Lei Estadual nº 15.913, de 02/10/2015 e Decreto Estadual nº 62.061 27/06/2016 – APRM Alto Tietê Cabeceiras, que abrange os municípios de Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Paraibuna, Ribeirão Pires, Salesópolis e Suzano.

Para a sub-bacia do rio Guaió, as Leis Estaduais nº 898/1975 e nº 1.172/1976 permanecem vigentes até que a Lei Específica seja aprovada.

Essas áreas de mananciais, protegidas por lei, possuem restrições à ocupação e, por isso, não são ocupadas pelo mercado imobiliário formal e acabam desocupadas até serem loteadas de forma irregular, caracterizando ocupações informais e favelas com retirada de vegetação e ausência de infraestrutura e saneamento básico (MARGARIDO, 2019).

“Qualquer análise superficial das cidades brasileiras revela relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental. [...] O que interessa chamar atenção aqui é que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atingem toda a cidade, mas especialmente as camadas populares.” (MARICATO, 2003).

No entanto, as áreas de mananciais prestam serviços essenciais de abastecimento público de água, razão pela qual se faz fundamental a proteção e conservação dos reservatórios de abastecimento hídrico, protegidos por lei. Apesar dos instrumentos legais que protegem essas áreas, sua extensão, a insuficiência de agentes fiscalizadores e a não conscientização por parte da população da importância e especificidades dessas áreas, faz com que essas estejam hoje em situação de alta vulnerabilidade, apresentando-se como um enorme desafio ao poder público, que deve utilizar medidas urgentes para reverter a tendência de agravamento.

2.2 Justificativa

A ocupação urbana em áreas de mananciais impacta fortemente à qualidade das águas, principalmente devido a geração de resíduos sólidos e o lançamento de água servida devido à falta de infraestrutura de saneamento básico. Os usos agrícolas, por sua vez, não podem ser desprezados, pois também apresentam alto potencial de dano à qualidade dos recursos hídricos, contribuindo com fontes difusas de poluentes, além de utilizar grande quantidade de água. (LOLLO, 2016)

Além de todos esses impactos, a supressão da vegetação por si só já demonstra um fator de risco para os mananciais. A vegetação é de extrema importância para conservação e melhoria da qualidade da água dos mananciais. Quanto mais vegetação e menores densidades populacionais, melhor é a qualidade das águas, que piora com o desmatamento e a intensificação da ocupação urbana.

Diante deste contexto de ocupação das áreas de mananciais, a implantação de um sistema de sinalização é uma forma de buscar que haja reconhecimento da importância da área de manancial pela população, trazendo como consequência uma mudança comportamental por parte da sociedade, inclusive para a realização de cobranças sobre o poder público. Além disso, irá permitir comunicar aos habitantes e transeuntes que essas áreas possuem critérios específicos de uso e ocupação, bem como outras informações de interesse à proteção do patrimônio ambiental associado à APRM.

Destaca-se que o Consórcio elaborou o “Plano Regional de Sinalização e Identidade Visual das Áreas de Mananciais dos Municípios do Grande ABC”, financiado pelo FEHIDRO e concluído em setembro de 2022. O relatório executivo do Plano de Sinalização em APRM no Grande ABC financiado pelo Fehidro pode ser acessado pelo link: https://consorcioabc.sp.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/RF8%20-%20Plano%20Regional%20de%20Sinaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20APRMs-rev_B.pdf

O plano foi elaborado a partir de diretrizes estratégicas de planejamento, de identidade visual e de equipamentos visuais, sendo desenvolvido de maneira a atender de maneira mais abrangente possível todas as necessidades de sinalização das áreas de mananciais da Região do Grande ABC, com diferentes modelos e tamanhos para totens e placas. As

categorias de sinalização definidas no Plano Regional foram de: identificação, delimitação, informativa e funcional.

Quadro 1: Categorias de sinalização

Categoria	Tipo de equipamento visual	Referência
Identificação	Placa de identificação	Principais vias de acesso às áreas de mananciais
	Totem de identificação	Paradas de ônibus
	Placa de esquina de rua (pirulito)	Placa de logradouro
Delimitação	Totem de delimitação	Limites das áreas de mananciais e pontos críticos
Interpretativa	Placa informativa	Escolas municipais e estaduais
Funcional	Placa com lixeira acoplada	Praças públicas e terminais

Fonte: Plano Regional de Sinalização e Identidade Visual das Áreas de Mananciais dos Municípios do Grande ABC

Quadro 2: Quantitativos totais dos equipamentos previstos para o Plano Regional completo (Fase I, II e III)

Município	Placas de identificação	Totens de delimitação	Totens de identificação	Placa com lixeira acoplada	Placas informativas	Placa de esquina de rua	TOTAL
Santo André	27	6	6	5	8	66	118
São Bernardo do Campo	74	11	66	52	35	303	541
Diadema	13	5	5	3	15	52	93
Mauá	22	4	4	3	2	45	80
Ribeirão Pires	51	9	17	12	15	133	237
Rio Grande da Serra	33	2	21	11	12	101	180
TOTAL	220	37	119	86	87	700	1249

Fonte: Plano Regional de Sinalização e Identidade Visual das Áreas de Mananciais dos Municípios do Grande ABC

Considerando que o valor total para implantação completa do Plano de Sinalização em Mananciais é bastante expressivo, o mesmo foi faseado em etapas para execução. Nesse sentido, a Fase 1 – teve sua primeira etapa já executada entre 2024 e 2025, e realizou a implantação das seguintes quantidades e tipologias de placas.

Tabela 2: Quantitativos de equipamentos já instalados - Fase I (2025)

Município ¹	Placas de identificação	Placa de esquina de rua
Santo André	27	66
São Bernardo do Campo	13	52
Mauá	22	45
Ribeirão Pires	51	133
Rio Grande da Serra	33	101
TOTAL	146	397

Fonte: CIGABC, 2025

Importante reforçar que o quantitativo e a distribuição espacial estão estabelecidos a partir da metodologia adotada pelo Plano Regional de Sinalização. Conforme diagnósticos e análises das áreas de mananciais da Região do Grande ABC realizados, para a definição dos locais de instalação dos equipamentos, foram consideradas as principais características de uso e ocupação do solo, vulnerabilidade socioambiental, hierarquia das vias e caracterização das viagens. Além disso, a fim de definir as localizações mais relevantes para a instalação dos equipamentos visuais de sinalização, além da instalação nas principais vias de acesso às áreas de mananciais, foram priorizados os locais mais vulneráveis, de acordo com o índice de vulnerabilidade socioambiental. Por fim, foi realizada avaliação técnica para posicionamento mais adequado dos locais de instalação.

Considerando a conclusão bem-sucedida da implementação das placas previstas na Fase 1 do Plano de Sinalização em Mananciais, que consistiu na implantação de 146 Placas de Identificação e 397 Placas de esquina de rua, distribuídas pelos municípios consorciados, conforme detalhado na tabela acima, e considerando o desejo, por parte dos municípios consorciados, da continuidade da execução do Plano de Sinalização em Mananciais, a ser complementado com Placas de Identificação e também outras tipologias de placas propostas no Plano de Sinalização, de forma a diversificar a abrangência das sinalizações em mananciais no ABC; e, ainda, considerando que, do valor total FEHIDRO obtido para

¹ No desenvolvimento da Fase 1 – primeira etapa, o Município de Diadema manifestou oficialmente solicitação de retirada do projeto, por esta razão não foi contemplado com destinação de placas.

o Empreendimento FEHIDRO 2023-AT_COB-159, e desconto obtido pós licitação da etapa executada, houve a existência de saldo remanescente, pleiteado para continuidade, houve a aprovação para a continuidade da execução do Plano, no mesmo Empreendimento FEHIDRO já aprovado, denominado como IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO VISUAL NAS ÁREAS DE MANANCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC – FASE I – Etapa 2, constituído pela implantação de mais 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias abaixo detalhadas, conforme Plano de Sinalização em Mananciais.

Tabela 3: Quantitativos de equipamentos **A REALIZAR - Fase I – Etapa 2**

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	20
TOTAL		144

Fonte: CIGABC, 2025

A proposta ora apresentada visa dar continuidade ao Plano, com recursos do FEHIDRO e viabilizar a implantação do sistema de sinalização projetado com a criação de identidade visual e do plano de sinalização, em âmbito regional, para comunicar aos habitantes e transeuntes que as áreas de proteção de mananciais possuem critérios específicos de uso e ocupação, bem como outras informações de interesse à proteção do patrimônio ambiental.

A principal área de atuação do empreendimento proposto é, de acordo com seu objetivo geral, a proteção dos mananciais com infraestrutura (placas) para promoção da educação ambiental para a gestão sustentável dos recursos hídricos de forma a permitir a sensibilização, conscientização e mobilização socioambiental a partir da comunicação, difusão e disseminação de informações por meio da implantação de um sistema regional de sinalização nas áreas de proteção de mananciais da Região do Grande ABC.

A identidade visual associada a um sistema integrado de equipamentos visuais permitirá uma melhor comunicação, acesso à informação e criação de senso de pertencimento a

esta área de grande valor ambiental para a Região a implantação do sistema de sinalização deve favorecer o processo de sensibilização da sociedade acerca do papel de cada um na valorização e conservação do patrimônio natural. Conforme consta na pesquisa de percepção do Plano de Sinalização Grande ABC, mesmo quem tem conhecimento sobre área de manancial não tem total compreensão dos problemas e riscos que qualquer tipo de ocupação traz para estas áreas. Para a população pesquisada educação e conscientização ambiental são tidos como fatores importantes para auxiliar na conservação e preservação das áreas. Os resultados da pesquisa e as sugestões da população podem servir como fonte de novas iniciativas de resposta ao poder público, subsidiando ações de planejamento ambiental e em outras áreas, caso do projeto proposto.

A partir do diagnóstico da Região do Grande ABC e de suas áreas de proteção de mananciais, foi possível relacionar suas características às vulnerabilidades ambientais provenientes das pressões associadas tanto ao uso e ocupação do solo como à circulação de veículos e pessoas em vias terrestres e entender o contexto socioambiental.

As estratégias para projetar o sistema de sinalização basearam-se nas principais características de uso e ocupação do solo, hierarquia das vias e caracterização das viagens, que justificaram a definição dos seguintes critérios de sinalização a fim de atingir um maior potencial de alcance: principais vias de acesso às áreas de mananciais, saídas de rodovias para os bairros isolados, pontos de parada de ônibus, praças públicas e escolas municipais e estaduais. Além disso, a fim de definir as localizações mais relevantes para a instalação dos equipamentos visuais de sinalização, foram priorizados os locais mais vulneráveis, de acordo com o índice de vulnerabilidade socioambiental.

Por fim, as placas de sinalização foram projetadas para extrapolar sua função básica, visando não somente informar por meio do conteúdo da comunicação visual, mas também representar sustentabilidade e educação ambiental a partir do processo de fabricação sustentável. A escolha dos materiais utilizados na sinalização adotou critérios que visam fazer com que a própria placa seja um elemento de educação ambiental, sendo materiais reciclados, não poluentes e mais duráveis. Para reforçar a educação ambiental, poderá ser contabilizado o total de resíduos plásticos retirados do meio ambiente para a produção de cada placa instalada nas áreas de mananciais.

A implantação deste sistema de sinalização nas APRMs dos municípios do Grande ABC se enquadra nas ações financiáveis pelo Fundo Estadual (FEHIDRO), indo ao encontro com o seu objetivo de financiar programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

A Política Estadual de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, estabelecida pela Lei nº 7.663/1991, define, como um dos seus instrumentos, a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH), cujos objetivos são: a definição de diretrizes para o gerenciamento de recursos hídricos, a recuperação e a proteção da qualidade dos recursos hídricos, a promoção e o incentivo ao uso racional das águas, e a indicação de um conjunto de metas a serem atingidas por meio da implementação de programas de duração continuada (PDCs), que definem as linhas de atuação em termos de planejamento e gestão, incluem a previsão de investimentos e indicadores de acompanhamento das ações para avaliação da eficácia de sua implantação.

Dentre os Programas de Duração Continuada (PDCs) estabelecidos no PERH, a implantação da sinalização se enquadra no PDC 4. PDC Proteção dos Recursos Hídricos no subprograma SubPDC 4.3. Proteção de mananciais com a instalação de infraestrutura (placas de sinalização) como apoio nas ações e fiscalização e conscientização em relação às especificidades dessas áreas.

Além disso, considerando as metas estabelecidas pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, a qual os três mananciais em questão integram, uma das diretrizes prioritárias para a educação ambiental é a implantação de sinalização indicativa nos mananciais, com meta proposta de 70% dos mananciais com implementação de sinalização adequada, conforme Plano de Sinalização, até o período 2022 (revisão do PDPA).

Destaca-se que o projeto proposto está alinhado ao Plano de Ação 2022 -2023 apresentado no Anexo II da Deliberação CBH-AT nº 153, de 27 de outubro de 2022, que destaca entre as metas do quadriênio a “Realização a sinalização e Identificação visual, em pelo menos 01 APM/APRM, com a ação de Implementação do plano de sinalização e identificação visual das áreas de mananciais dos municípios do Grande ABC.

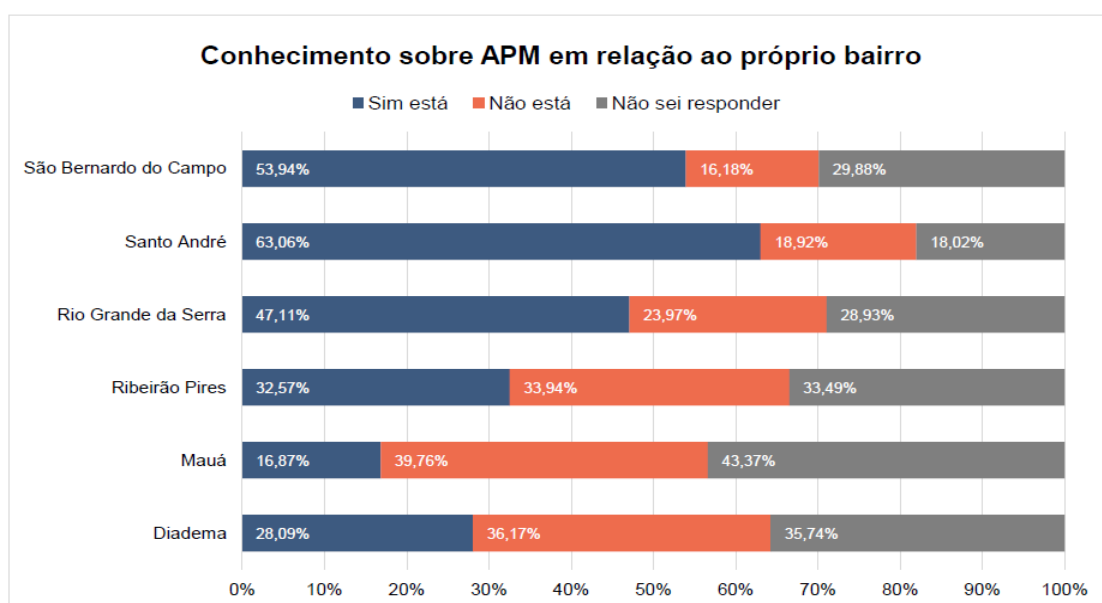
Outro condicionante importante a ser citado é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU), cujos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dão forte destaque para a água. Por meio da Agenda

2030, foi estabelecido um plano de ações para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade definindo 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e suas respectivas metas, cujo atendimento depende da interconexão das três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Considerando as dimensões dos ODS e o planejamento da gestão dos recursos hídricos, o ODS 6 se destaca por abordar o tema “Água Potável e Saneamento”, com vinculação direta, portanto, com a gestão dos recursos hídricos.

Destaca-se que conforme resultado da pesquisa de percepção acerca do conhecimento ambiental, quando questionados sobre como avaliavam o próprio conhecimento sobre temas ambientais, a maior parte dos entrevistados em todos os municípios o consideram como “Razoável”.

Outro resultado da pesquisa de percepção demonstra a importância da sinalização de áreas de mananciais já que parte significativa dos entrevistados desconheciam estar em área de mananciais, portanto, a não execução dessa estratégia regional pode significar um não acesso à informação, inviabilizando uma forma de iniciar o processo de percepção da população a respeito dessas áreas.

Quadro 3. Conhecimento sobre APRM em relação ao próprio bairro



Fonte: Plano Regional de Sinalização e Identidade Visual das Áreas de Mananciais dos Municípios do Grande ABC

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

A partir da sinalização das áreas de mananciais, possibilitar que a população reconheça a importância dessas áreas a fim de contribuir para a proteção e recuperação dos mananciais nos municípios do Grande ABC.

3.2 Objetivos Específicos

- Complementar a produção e instalação realizada na FASE I do sistema de sinalização regional das áreas de mananciais, com a instalação de mais 144 (cento e quarenta e quatro) placas;
- Diversificar as tipologias das placas ampliando a implantação do Plano, abrangendo agora as Placas Informativas com textos, junto às escolas, Totens de Delimitação e complemento de Placas de Identificação.
- Promover a divulgação do projeto ampliando o alcance das informações como estratégia de apoio à educação ambiental.

4. OBJETO

Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias abaixo informadas:

Tabela 3: Quantitativos de equipamentos A REALIZAR - Fase I – Etapa 2

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	20
TOTAL		144

Fonte: CIGABC, 2025

4.1 Placas Informativas, com textos, junto às escolas - PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA PLASTICA 87x205,4CM., conforme figuras abaixo, totalizando 87 (oitenta

e sete) unidades, conforme projeto executivo disposto no Anexo I e locais preliminares de implantação dispostos no Anexo II:

IMAGEM 1 – Padrão da Placa Informativa junto às escolas



Fonte: CIGABC, Plano de Sinalização em Mananciais, 2022

Nota: o texto que compõe a Placa Informativa será definido oportunamente, com os membros do Grupo de Trabalho, no momento de definição e aprovação da arte da placa, a partir de informações do Plano de Sinalização e/ou atualizações posteriores, a partir de dados e informações regionais.

IMAGEM 2 – Padrão da Placa Informativa junto às escolas - localizações



Fonte: CIGABC, Plano de Sinalização em Mananciais, 2022

4.2 Totem de delimitação - PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA PLÁSTICA 68X255,4cm, conforme figuras abaixo, totalizando 37 (trinta e sete) unidades, conforme projeto executivo disposto no Anexo I e locais preliminares de implantação dispostos no Anexo II:

IMAGEM 3 – Totem de Delimitação



Fonte: CIGABC, Plano de Sinalização em Mananciais, 2022

4.3 Placas Informativas (complemento das Placas implementadas na Fase 1), Serão executadas 20 (vinte) placas informativas (conforme tipologia realizada na Fase 1), de forma a complementar o objeto.

IMAGEM 4 – Placas de Identificação



Fonte: CIGABC, Plano de Sinalização em Mananciais, 2022

Os projetos executivos, elaborados no Plano de Sinalização, estão dispostos no Anexo I. As localizações, dispostas no Anexo II, serão referendadas pelos municípios quando do momento das vistorias prévias previstas para o georreferenciamento. Cada ponto deverá ser fotografado e georreferenciado no momento anterior e posterior à implantação. Abaixo, é apresentado o total de quantitativos distribuído por município.

Tabela 4: Quantitativos de equipamentos por município - Fase I – Etapa 2

item	DESCRIÇÃO	Santo André	São Bernardo do Campo	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	TOTAL
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	8	35	15	2	15	12	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	6	11	5	4	9	2	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO		20					20
TOTAL		14	66	20	6	24	14	144

Fonte: CIGABC, 2026

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os equipamentos visuais devem apresentar minimamente as seguintes características:

- Os equipamentos visuais para sinalização devem ser compostos pelos seguintes módulos: placa (chapa na qual consta o conteúdo), perfis e fundação.
- Os diferentes tipos de equipamentos devem seguir um design padronizado, considerando os diferentes conteúdos, mas mantendo uma uniformização de materiais e identidade visual.
- Devem ser confeccionados conforme projeto executivo.
- Devem ser utilizadas matérias-primas de origem reciclada e reciclável.
- O processo de produção deve ser ecologicamente correto, livre de solventes.
- A chapa deve ser confeccionada a partir de polímeros plásticos reciclados e revestida por dupla camada de alumínio reciclado.

- Dentre os plásticos reciclados, deve predominar em sua composição: politereftalato de etileno (PET) e polietileno de baixa densidade (PEBD), além de polímeros com alta resistência mecânica e aos raios ultravioleta UVA e UVB.
- A impressão do conteúdo (imagens, texto e demais composições gráficas) deve ser feita diretamente na chapa por tecnologia de impressão digital UV em alta resolução.
- Deve ser utilizado o sistema de impressão digital UV com tintas a base de pigmentos orgânicos, isentas de solvente.
- Deve ser considerada proteção antipichação através de aplicação de verniz de proteção e nano coating cerâmico 10H.
- Deve ser considerada ainda para proteção da superfície a aplicação de verniz de proteção filtro solar e de ação fungicida (antimofo).
- A chapa de plásticos reciclados deve ser fixada nos perfis com parafusos em aço inoxidável.
- Os perfis, suportes que sustentam as placas, devem ser compostos de madeira plástica maciça, tipo WPC – Wood Plastic Composite, ou composto de madeira plástica; Observação: deve seguir coloração da madeira plástica e padrão conforme fase já executada (cor Canyon Rustik)
- A madeira plástica deve ser fabricada a partir de polímeros plásticos reciclados, predominando a mistura de PE (polietileno), PP (polipropileno) e PET (politereftalato de etileno), misturados com cargas orgânicas e minerais, além de aditivos, que possam vir a assegurar longevidade e resistência.
- Deve possuir resistência mecânica de até 5.000 kg/m².
- Deve possuir resistência a impactos de até 400 kg/m².
- Deve apresentar alta resistência a intempéries naturais.
- Deve apresentar características antichamas.
- As placas instaladas em ambiente externo, sujeitas a todas as intempéries, deverão ter garantia de 5 (cinco) anos incluindo laudos do fabricante das películas e impressão.
- A fundação deverá ser realizada de acordo com a profundidade especificada no projeto, com compactação manual do solo.
- O projeto de fundação deve ser reavaliado no momento da execução de acordo com o tipo de solo e vento.

Os desenhos construtivos do equipamento visual, junto aos detalhes do projeto padrão, e arquivos para impressão encontram-se em Anexo I – Projeto Executivo. As medidas

fornechas no projeto executivo permitem a confecção exata da placa, com todos os elementos em dimensões corretas e descrições dos materiais, suportes e fixação conforme especificado.

A locação das placas deverá ser feita nas calçadas, praças ou canteiros das vias, em posição aproximada e adequada em relação à tabela de localizações indicada. No início dos trabalhos, a empresa fará vistoria técnica preliminar acompanhada de técnicos das prefeituras, visando conferir e georreferenciar todos os locais indicados na tabela. O material georreferenciado deverá ser apresentado em relatório (fotos dos locais, endereço e coordenadas), e em arquivo eletrônico, tipo KMZ ou KML. Ao final dos trabalhos de instalação, o arquivo georreferenciado deverá ser atualizado, caso haja ajuste de posição. A indicação para instalação com a coordenada dos locais sugeridos para as placas de é apresentado no Anexo II.

Os pontos para instalação de equipamentos visuais projetados encontram-se de forma tabulada com suas respectivas descrições: endereço, município, referência e tipo de equipamento a ser instalado. A instalação deverá ser realizada sequencialmente por município, conforme cronograma de atividades a ser apresentado e aprovado no Plano de Trabalho.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução completa do objeto é de 12 (doze) meses, a contar da Ordem de Início dos trabalhos, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro.

Responsáveis técnicas:

Livia Stefânia Rosseto
Engenheira Ambiental
Especialista em Projetos e Políticas Públicas

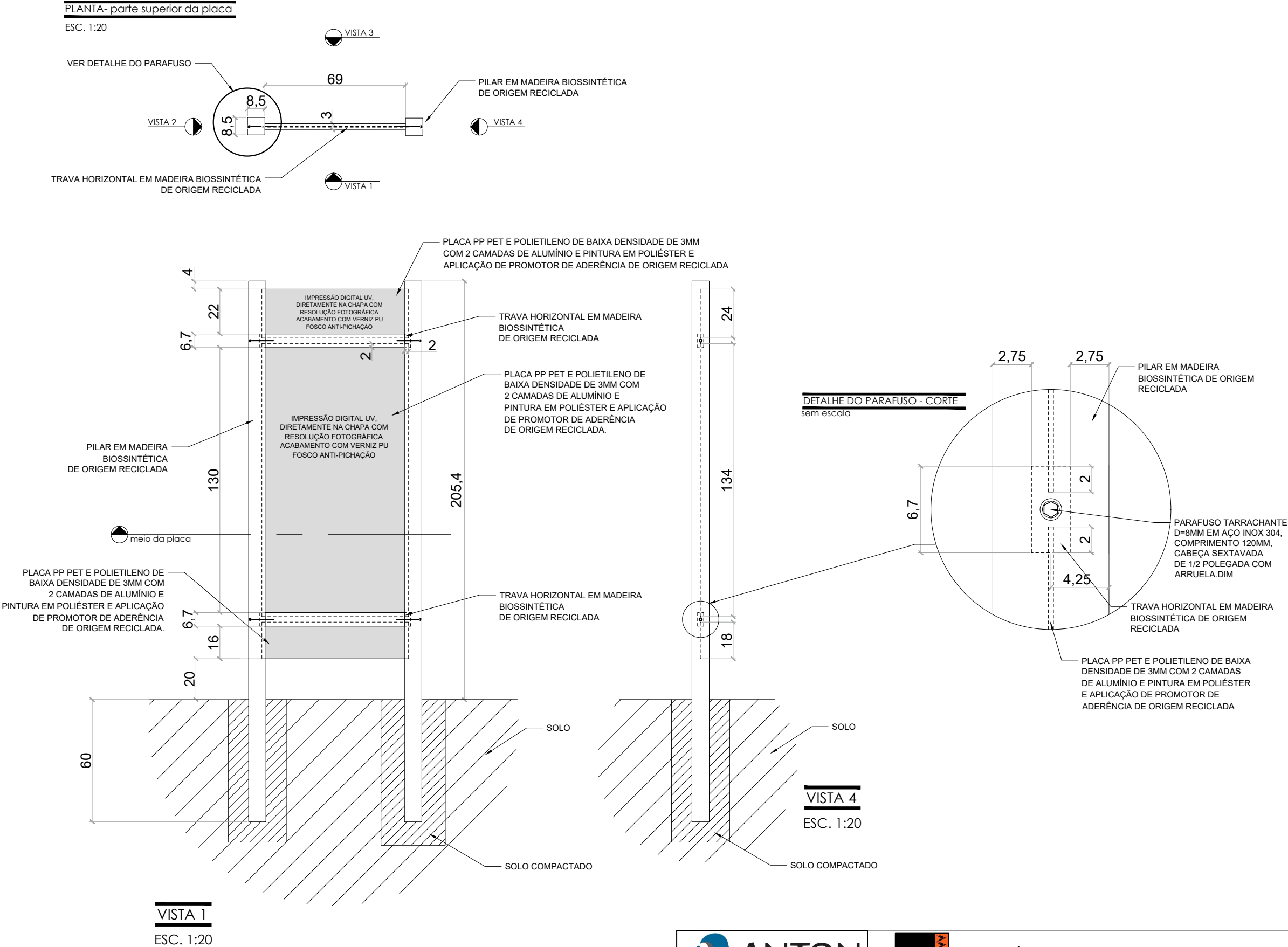
Sandra Teixeira Malvese
Arquiteta e Urbanista
Especialista em Projetos e Políticas Públicas






ANEXOS

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo IA – Projetos executivosAnexo
- Anexo II – Modelo Proposta de Preços
- Anexo III – Locais de instalação das placasAnexo
- Anexo IV – Cronograma Físico-financeiro
- Anexo V – Planilha Orçamentária
- Anexo VI – Termo de Contrato

Anexo IA



				CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC FINANCIAMENTO: Fundação Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCOS CARDOSO CREA 2607703980		NOME DO PROJETO PLANO REGIONAL DE SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS DO GRANDE ABC		CÓDIGO PD001		ESCALA INDICADA	FOLHA 01/02
REVISOR MARIANA TELLES CREA 2619284660		TÍTULO PROJETO PADRÃO PLACA INFORMATIVA		ELABORADO ANTON ENG. E URB.		REVISÃO A	DATA 01/07/22
PROJETO ROONEY COELHO		CONTRATAÇÃO CIGABC					

Anexo IA

PLANTA- meio da placa

ESC. 1:20

— FENDA PARA ENCAIXE DA PLACA

[VER DETALHE DE ENCAIXE](#)

— PILAR EM MADEIRA BIOSSINTÉTICA
DE ORIGEM RECICLADA

— TRAVA HORIZONTAL EM MADEIRA BISSINTÉTICA
DE ORIGEM RECICLADA

— TRAVA HORIZONTAL
EM MADEIRA BIOSSINTÉTICA
DE ORIGEM RECICLADA

M MADEIRA
 TÉTICA
 GEM RECICLADA

— TRAVA HORIZONTAL EM MADEIRA BIOSSINTÉTICA DE ORIGEM RECICLADA

SOLO —

SOLO —

SOLO COMPACTADO

SOLO COMPACTADO

VISTA 2

ESC. 1:20

VISTA 3

ESC. 1:20

DETALHE DE ENCAIXE

sem escala

— TRAVA HORIZONTAL EM MADEIRA
BIOSSINTÉTICA DE ORIGEM RECICLADA

PLACA PP PET E POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE DE 3MM COM 2 CAMADAS DE ALUMÍNIO E PINTURA EM POLIÉSTER E APLICAÇÃO DE PROMOTOR DE ADERÊNCIA DE ORIGEM RECICLADA

— PILAR EM MADEIRA
BIOSSINTÉTICA DE ORIGEM RECICLADA

DETALHE DE FIXAÇÃO

sem escala




— TRAVA HORIZONTAL EM MADEIRA
BIOSSINTÉTICA DE ORIGEM RECICLADA

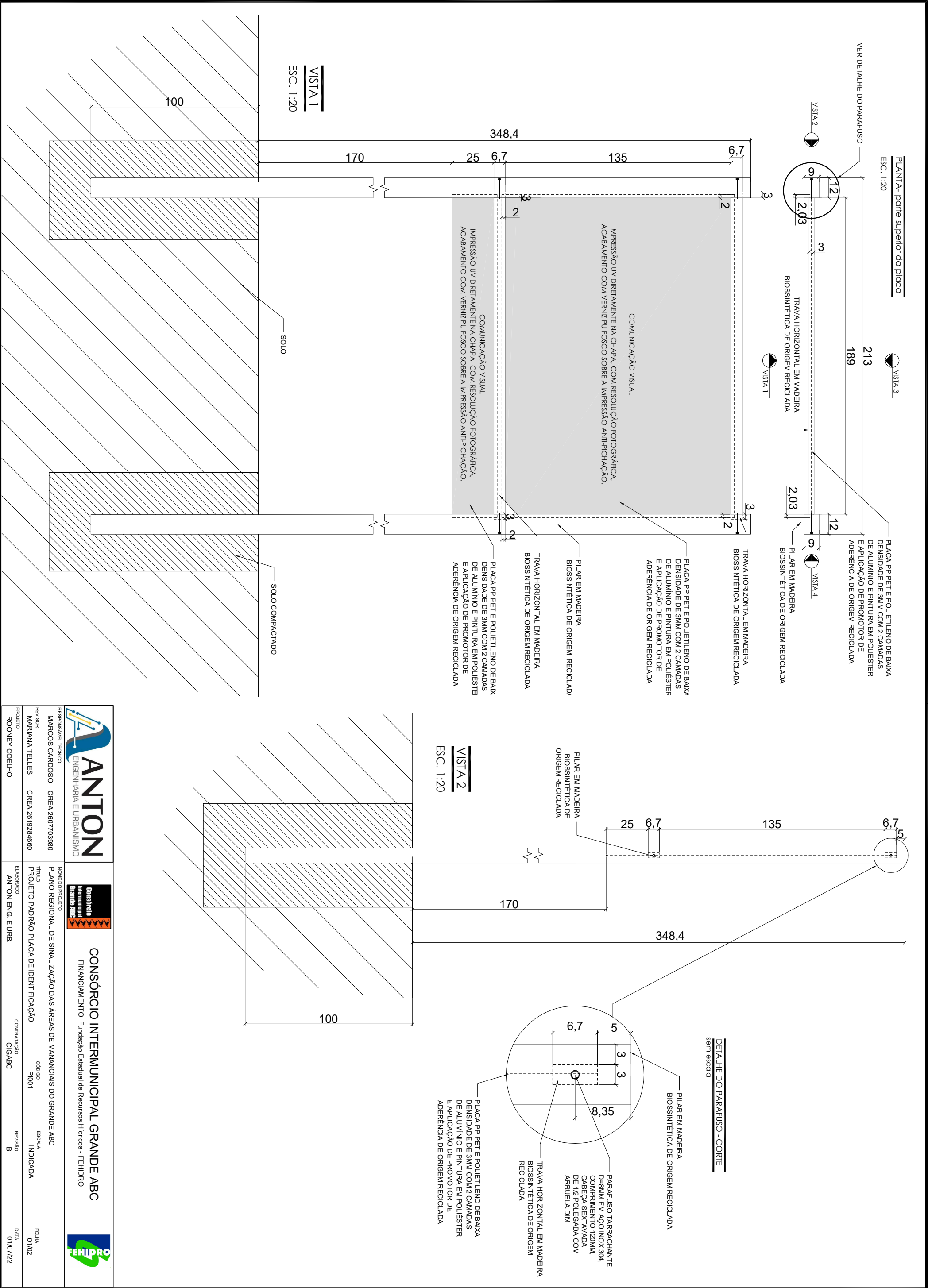
— PLACA PP PET E POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE DE 3MM COM 2 CAMADAS DE ALUMÍNIO E PINTURA EM POLIÉSTER E APLICAÇÃO DE PROMOTOR DE ADERÊNCIA DE ORIGEM RECICLADA

— PILAR EM MADEIRA
BIOSSINTÉTICA DE ORIGEM RECICLADA

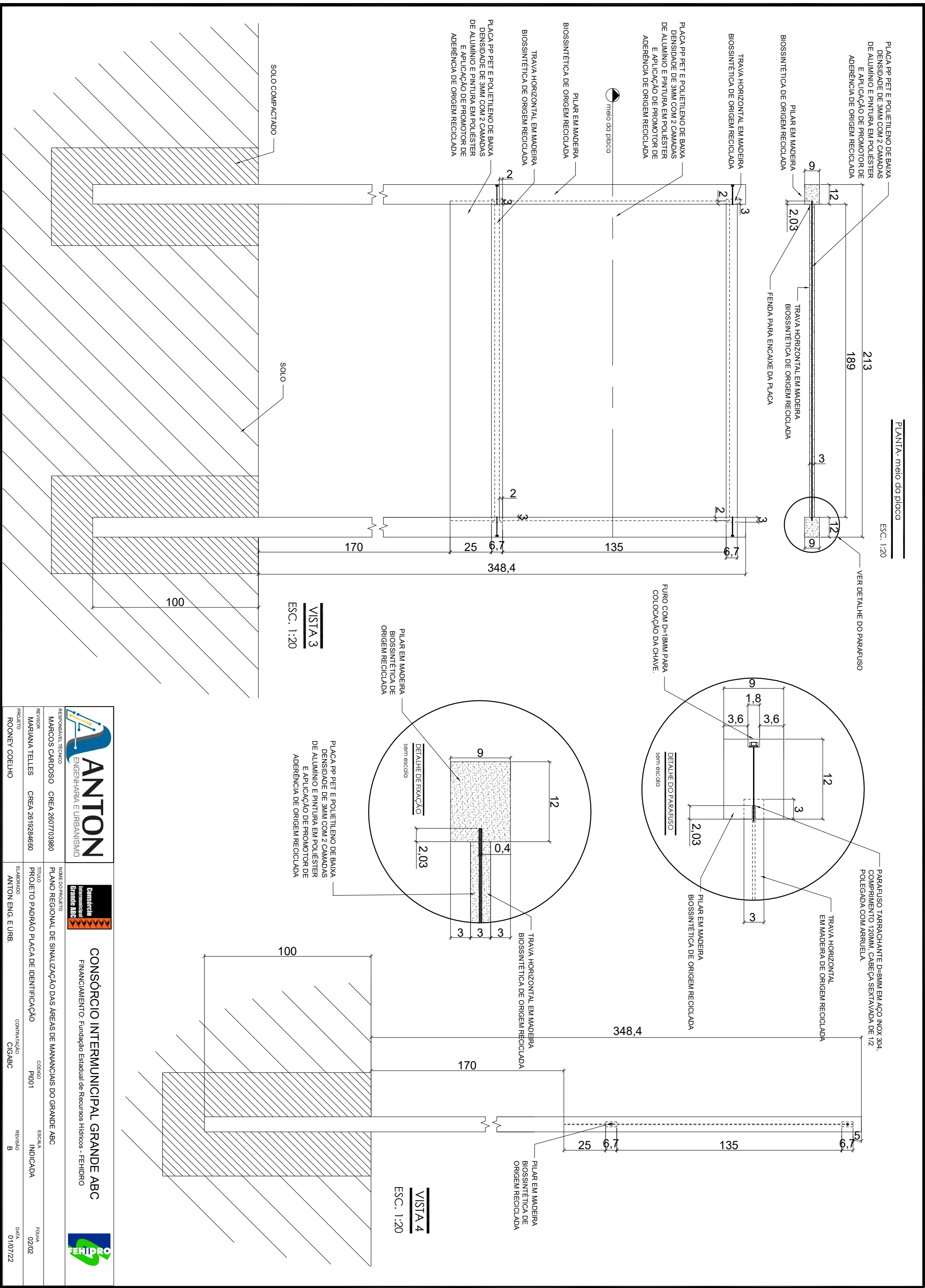
FURO COM D=18MM PARA
COLOCAÇÃO DA CHAVE

— PARAFUSO TARRACHANTE D=8MM EM AÇO INOX 304,
COMPRIMENTO 120MM, CABEÇA SEXTAVADA DE 1/2
POLEGADA COM ARRUELA

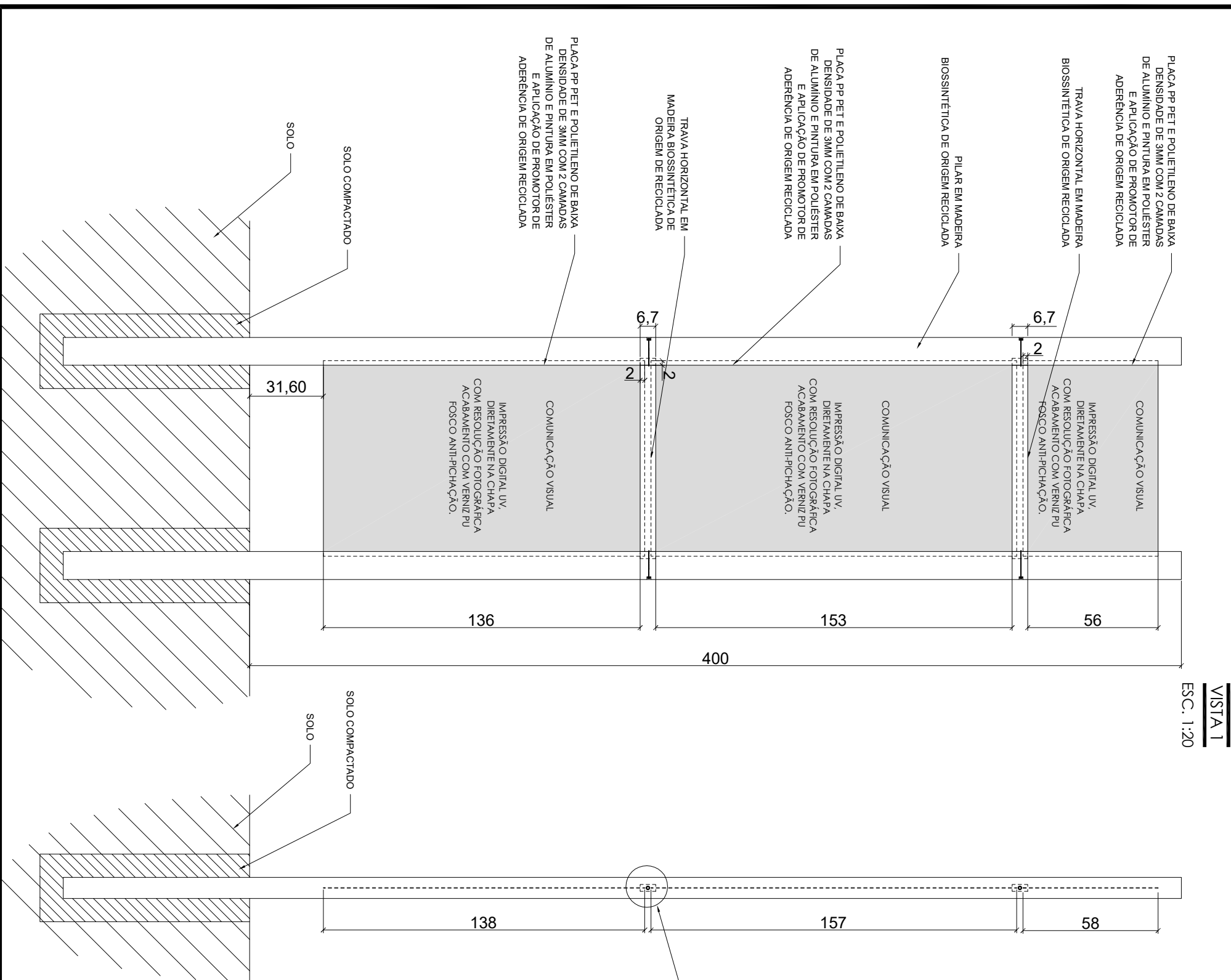
				CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC FINANCIAMENTO: Fundação Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO					
RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCOS CARDOSO CREA 2607703980		NOME DO PROJETO PLANO REGIONAL DE SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS DO GRANDE ABC							
REVISOR MARIANA TELLES CREA 2619284660		TÍTULO PROJETO PADRÃO PLACA INFORMATIVA		CÓDIGO PD001		ESCALA INDICADA		FOLHA 02/02	
PROJETO ROONEY COELHO		ELABORADO ANTON ENG. E URB.		CONTRATAÇÃO CIGABC		REVISÃO A		DATA 01/07/22	



Anexo IA



Anexo IA

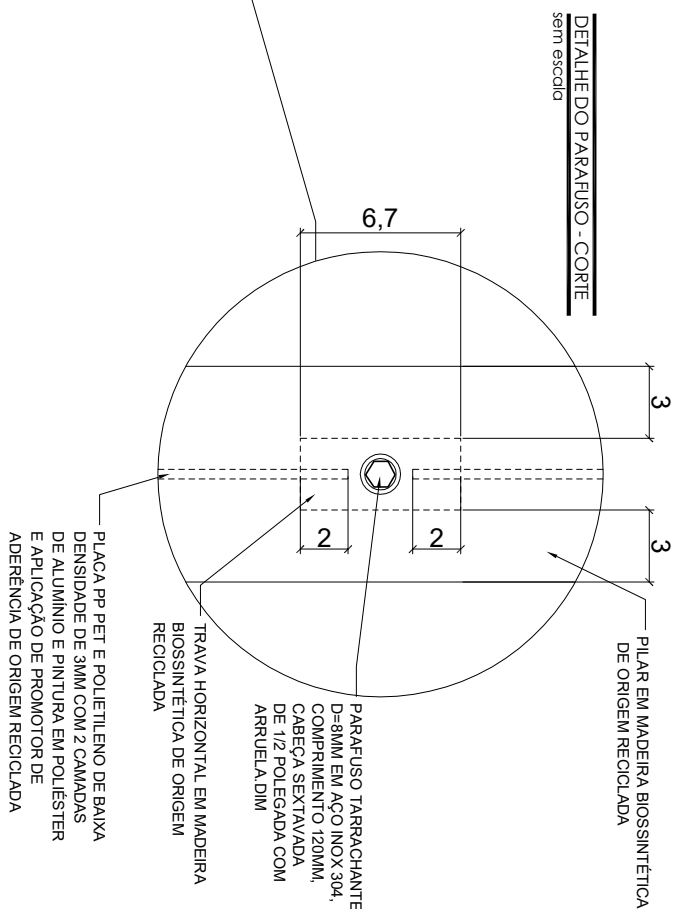


VISTA 1

ESC. 1:20

VISTA 4

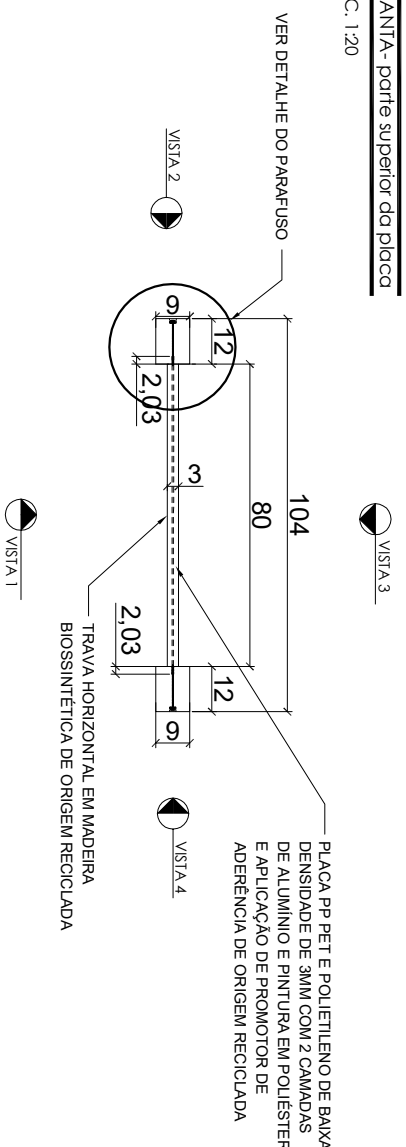
ESC. 1:20



DETALHE DO PARAFUSO - CORTE
sem escala

PLANTA- parte superior da placa

ESC. 1:20





 VISTA 3

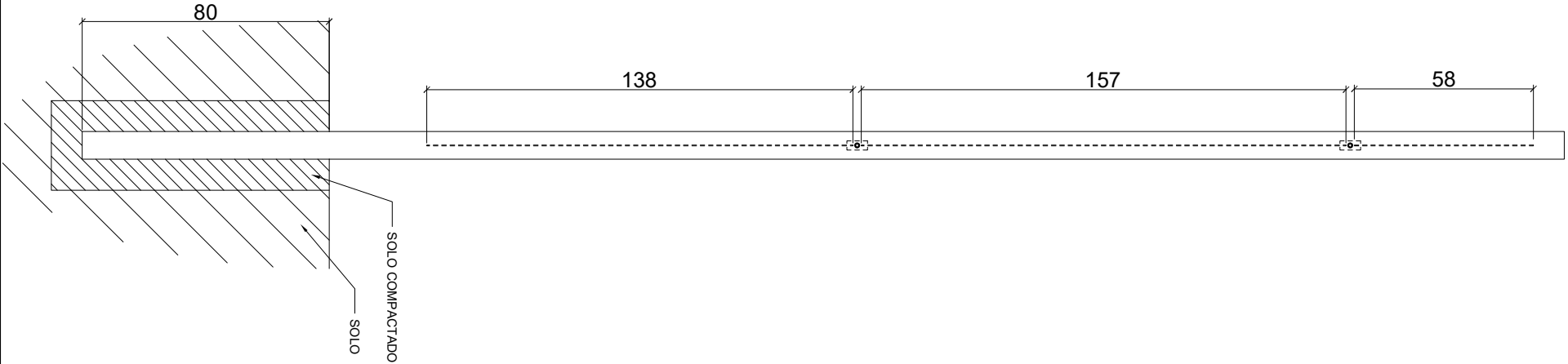
VISTA 2

VISTA

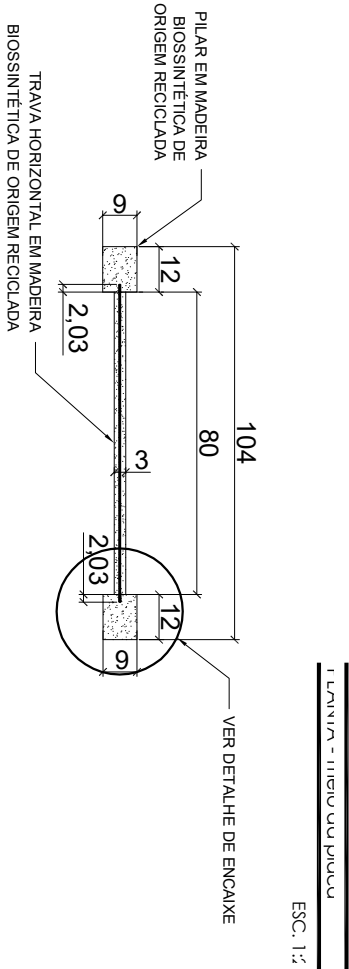
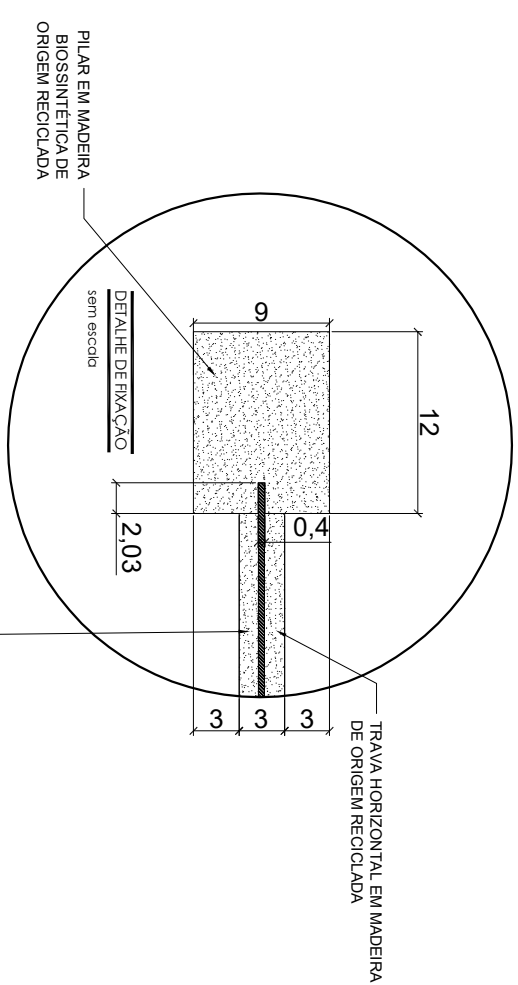
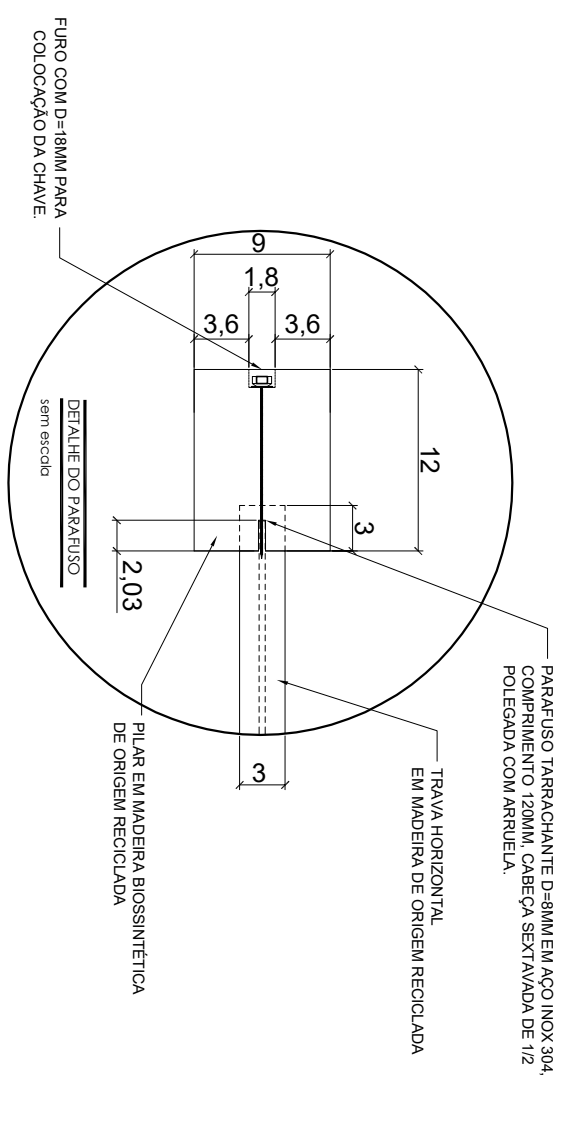
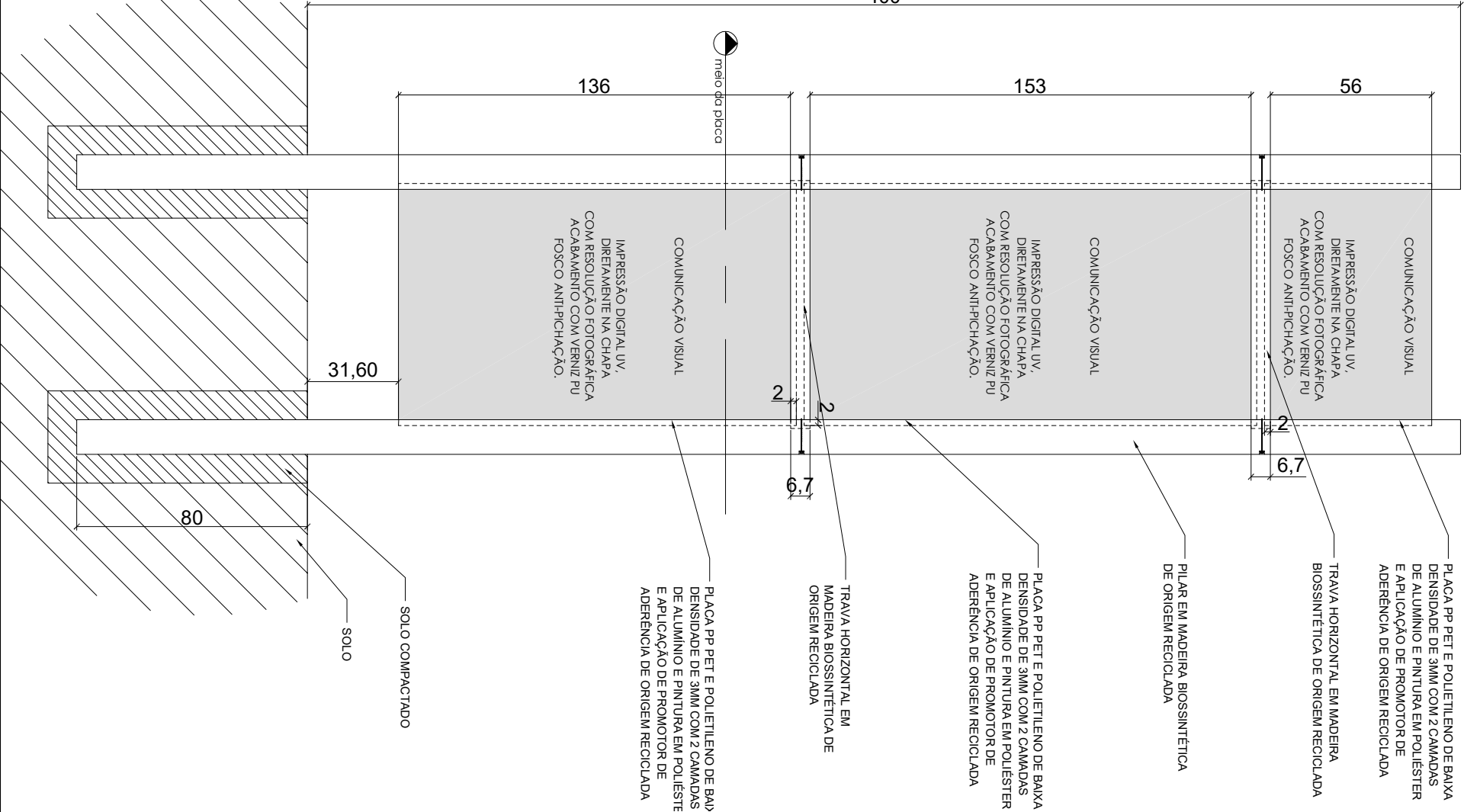
VISTA 1



					
ANTON ENGENHARIA E URBANISMO			CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC FINANCIAMENTO: Fundação Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO		
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MARCOS CARDOSO	CREA 28077/03980	NOME DO PROJETO	PLANO REGIONAL DE SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS DO GRANDE ABC	
REVISOR	MARIANA TELLES	CREA 281928460	TÍTULO	PROJETO PADRÃO TOTEM DE DELIMITAÇÃO	CÓDIGO TS001
PROJETO	ROONEY COELHO		ELABORADO	ANTON ENG. E URB.	ESCALA INDICADA
			CONTRATAÇÃO	CIGABC	FOLHA 01/02
			REVISÃO	B	DATA 01/07/22

VISTA 2
ESC. 1:20



VISTA 3
ESC. 1:20



 ANTON ENGENHARIA E URBANISMO		 Consórcio Intermunicipal Grande ABC	
RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCOS CARDOSO CREA 2607703980		NOME DO PROJETO PLANO REGIONAL DE SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS DO GRANDE ABC	
REVISOR MARIANA TELLES CREA 261928460		TÍTULO PROJETO PADRÃO TOTEM DE DELIMITAÇÃO	
PROJETO ROONEY COELHO		CONTRATADO ANTON ENG. E URB.	
		ESCALA INDICADA	
		FOLHA 02/02	
		DATA 01/07/22	

ANEXO II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços do objeto do presente Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL (Domicílio Eletrônico):

DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

CHAVE PIX:

OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()

2 – PREÇO DA PROPOSTA

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	Serviços	Implantação do plano de sinalização e identificação visual nas áreas de mananciais dos municípios do Grande ABC - fase I - Etapa 2 -Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias informadas no Termo de Referência. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.		

Valor Total Global					

Tabela 3: Quantitativos de equipamentos A REALIZAR - Fase I – Etapa 2 em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	20
TOTAL		144

Fonte: CIGABC, 2025

Placas Informativas, com textos, junto às escolas - PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA PLASTICA 87x205,4CM, conforme figuras abaixo, totalizando 87 (oitenta e sete) unidades, conforme projeto executivo disposto no Anexo I e locais preliminares de implantação dispostos no Anexo II:

3 – DECLARAÇÕES

3.1 – Declaramos que e-mail informado nesta proposta será o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de ordens de serviços, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.

3.2 – Declaramos, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer

outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do objeto da referida contratação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Consórcio Grande ABC antes da abertura oficial das propostas;

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

3.3 – Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

LOCAL E DATA

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade ou CPF

Anexo III – LOCALIZAÇÃO DAS PLACAS - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO EM MANANCIAIS – FASE 1 – ETAPA 2

id	Tipo	Município	Região	latlong	Tipo de equipamento	Endereço	Referência
2	Escola	Diadema	Serraria	-23.70449555,-46.61752113754706	Placa informativa	Av. Afonso Monteiro da Cruz, 1080 - Serraria, Diadema - São Paulo, 09980-550, B	EE Vila Santa Maria
4	Escola	Diadema	Serraria	-23.70987345,-46.610053794014135	Placa informativa	Praça CEU das Artes - Av. Afonso Monteiro da Cruz, 254 - Jardim Uniao, 09981	Circo Escola Diadema
5	Escola	Diadema	Serraria	-23.70966225,-46.61053348445175	Placa informativa	Av. Afonso Monteiro da Cruz, 261 - Serraria, 09980-550	EE Professor José Fernando Abbud
7	Escola	Diadema	Inamar	-23.7200748,-46.6129487475833	Placa informativa	Av. Antonio Sylvio Cunha Bueno, 1299 - Inamar, 09970-160	EM Inspetor Reinaldo José Santana " Piró "
8	Escola	Diadema	Inamar	-23.7203024,-46.61317590932967	Placa informativa	Rua Antonio S. Cunha Bueno, 1192 - Inamar, 09970-160	EE Professor Pedro Modoglio
17	Escola	Diadema	Eldorado	-23.72321445,-46.62247275487415	Placa informativa	Rua Bituva, 50 - Eldorado, 09971-070	EMEB Professora Hercília Alves da Silva Ribeiro
18	Escola	Diadema	Eldorado	-23.723386650000002,-46.62442497178472	Placa informativa	R. Badejo, 70 - Eldorado, 09972-030	EM Doutor Átila Ferreira Vaz
22	Escola	Diadema	Eldorado	-23.73000815,-46.61979899054728	Placa informativa	R. Mar Adriático, 281 - Eldorado, 09971-400	EE Deputado Gregório Bezerra
23	Escola	Diadema	Eldorado	-23.729627899999997,-46.61656084045226	Placa informativa	Av. Afrânio Peixoto, 541 - Eldorado, 09971-360	EMEB Professor Florestan Fernandes
33	Escola	Diadema	Eldorado	-23.7164888,-46.61731097025098	Placa informativa	R. dos Guatambu, 69 - Eldorado, 09973-270	EMEB Doutor José Martins da Silva
537	Escola	Diadema	Eldorado	-23.71458535259795,-46.616239053535004	Placa informativa	R. dos Manacás, 447 - Eldorado, 09973-120	EMEB Chico Mendes
538	Escola	Diadema	Inamar	-23.7173053,-46.61403681660314	Placa informativa	R. Vega, 198 - Inamar, 09973-000	EMEB Carolina Maria de Jesus
539	Escola	Diadema	Inamar	-23.71910675,-46.61630076690305	Placa informativa	R. Açucena, 385 - Inamar, 09973-005	EE Professor Miguel Reale
540	Escola	Diadema	Inamar	-23.722360674859313,-46.61714067395423	Placa informativa	Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 1154 - Eldorado, 09972-385	EE Amadeu Odorico de Souza
541	Escola	Diadema	Eldorado	-23.719898391427005,-46.62597508990089	Placa informativa	Rua Aiaça, 127 - Eldorado, 09972-210	EE Simon Bolivar
313	Escola	Mauá	Gleba (sf-36)	-23.6500312,-46.40540039761515	Placa informativa	R. Ricardo Bechelli, 1189 - Jardim Zaira, 09320-600	EE Professor Isamu Serikiyaku
326	Escola	Mauá	Nc. Sampaio Vidal (sf-34)	-23.649639399999998,-46.41891440722887	Placa informativa	Estr. do Regalado, 112 - Jardim Taquarussu, 09330-820	EM Joao Rodrigues Ferreira
292	Escola	Ribeirão Pires	Represa	-23.74963688130712,-46.44596499119426	Placa informativa	Estrada do Caçula, 130 - Represa, 09415-100	EE Di Cavalcanti
378	Escola	Ribeirão Pires	Quarta Divisão	-23.65219364941866,-46.3696708569598	Placa informativa	Avenida Miró Atílio Peduzzi, 204-262 - Quarta Divisão, 09436-500	EE Prof Judith Ferreira Piva
379	Escola	Ribeirão Pires	Tanque Caio	-23.65183522390204,-46.36490637525968	Placa informativa	R. Jaguarí, 101 - Tanque Caio, 09435-200	EM Francisca Ferreira Santiago
381	Escola	Ribeirão Pires	Quarta Divisão	-23.65904594722177,-46.36898820165798	Placa informativa	R. Gralía, 90 - Quarta Divisão, 09434-520	EE Prof Marisa Afonso Salero
382	Escola	Ribeirão Pires	Quarta Divisão	-23.656578271971856,-46.37250581313016	Placa informativa	R. Rochedo, 75 - Quarta Divisão, 09434-580	EMEI João Midolta
424	Escola	Ribeirão Pires	Soma	-23.704877735412182,-46.36292507279218	Placa informativa	R. Juquitiba, 1 - Somma, 09445-590	EE Prof. Antonio de Pádua P. de Godoy
430	Escola	Ribeirão Pires	Roncon	-23.72104250082244,-46.39314567720153	Placa informativa	Rua São Jorge, 140-364 - Jardim Ribeirão Pires, 09411-210	EE Santinho Carnavale
431	Escola	Ribeirão Pires	Roncon	-23.7128552,-46.39230405031367	Placa informativa	R. João Pessoa, 1 - Roncon, 09410-570	EM Júlia Del Corto Roncon
432	Escola	Ribeirão Pires	Centro Ouro Fino Paulista	-23.68202584254806,-46.3592966123786	Placa informativa	Rua Antônio Peixoto Augusto, 55 - Centro Ouro Fino Paulista, 94431-150	EE Prof. João Gaudencio Mainine
433	Escola	Ribeirão Pires	Pilar Velho	-23.68963655,-46.39530149730595	Placa informativa	R. Giacomo Amadeo Scomparim - R. Santa Rosa, 120 - Pilar Velho, 09432-160	EM Yoshioko Narita
434	Escola	Ribeirão Pires	Pilar Velho	-23.690185149999998,-46.39864621167826	Placa informativa	Av. Santa Clara, 140 - Pilar Velho, 09432-000	EE Prof. Marli Raia Reis
435	Escola	Ribeirão Pires	São Caetaninho	-23.684211400000002,-46.41674626500996	Placa informativa	R. Rogerio Guilherme Soares, 159 - São Caetaninho, 09404-451	EE Professor Casemiro Poffo
436	Escola	Ribeirão Pires	Aliança	-23.681843,-46.41961165828541	Placa informativa	R. das Sapucaias, 2 - Aliança, 09404-070	EM Professor Antonio Lacerda Bacellar
437	Escola	Ribeirão Pires	Bocaina	-23.708598220863063,-46.43291631045042	Placa informativa	Avenida Alfredo Dib, 366-484 - Jardim Santa Ines, 09425-500	EE Dona Anna Lacivitta Amaral
438	Escola	Ribeirão Pires	Bocaina	-23.70620049386251,-46.43679614123689	Placa informativa	R. José Fortes, 97 - Bocaina, 09426-090	EMEI Monteiro Lobato
444	Escola	Rio Grande da Serra	Jardim Palmira	-23.760759293683222,-46.41163322207107	Placa informativa	R. Jundiá, 10a - Parque Rio Grande, 09450-000	EE Poetisa Cora Coralina
448	Escola	Rio Grande da Serra	Parque América	-23.76921207874112,-46.4093649810206	Placa informativa	Estr. Mal. Rondon, 1111 - Paranaapiacaba, 09450-000	EMEB Recanto Infantil Madre Maria de Jesus
455	Escola	Rio Grande da Serra	Centro	-23.7531362,-46.4018632	Placa informativa	Av. São Paulo, 6 - Jardim Santa Tereza, 09450-000	EMEB Vereador Jose Olimpio da Silva
477	Escola	Rio Grande da Serra	Vila Marcos	-23.72913969949015,-46.391434162850786	Placa informativa	R. José Dotta, 25 - Recanto Monte Alegre, 09450-000	EE Padre Giuseppe Pisoni
481	Escola	Rio Grande da Serra	Vila Sao Joao	-23.730294485139634,-46.39967462104082	Placa informativa	R. Goias, 126 - Centro, 09450-000	EMEB Joaquim da Silva - Tio Kita
482	Escola	Rio Grande da Serra	Vila Sao Joao	-23.7315948,-46.3979821	Placa informativa	R. Bahia, 1 - Vila Sao Joao, 09450-000	EE Prof. Alziro Barbosa Nascimento
489	Escola	Rio Grande da Serra	Parque Indaia	-23.74593296309815,-46.40138500870778	Placa informativa	Av. dos Autonomistas, 278 - Vila Figueiredo, 09450-000	EE Prof. Alziro Barbosa Nascimento
491	Escola	Rio Grande da Serra	Vila Conde Siciliano	-23.7529222760178,-46.394483534997164	Placa informativa	R. Benedito Cordeiro, 286 - Jardim Novo Horizonte, 09450-000	EE Antonio Lucas
492	Escola	Rio Grande da Serra	Vila Conde Siciliano	-23.751528913980202,-46.39184725045185	Placa informativa	Av. Francisco Morais Ramos, 770 - Jardim Novo Horizonte, 09450-000	ETEC Rio Grande da Serra
504	Escola	Rio Grande da Serra	Chácara São Paulo	-23.74138879093125,-46.37488514253236	Placa informativa	R. Ocidente, 69 - Vila Cristiane, 09450-000	EE Prof. Francisco Lourenço de Melo
513	Escola	Rio Grande da Serra	Chácara São Paulo	-23.73946290256877,-46.35946682020079	Placa informativa	Estr. Da Maratona, 967 - Vila Niwa, 09450-000	EMEB Prof. Ricardo Francisco Castelucci
514	Escola	Rio Grande da Serra	Chácara São Paulo	-23.7372568,-46.3597794	Placa informativa	R. dos Pintasilgos, 27 - Vila Niwa, 09450-000	EE Prof. Carlos Roberto Guariento
260	Escola	Santo André	Miami Riviera	-23.741570319238868,-46.49372497178936	Placa informativa	R. Rio Cachoeira, 2 - Parque Represa Billings, 09133-080	EE Educador Pedro Cia
263	Escola	Santo André	Miami Riviera	-23.74437395446203,-46.496897902226733	Placa informativa	R. Rio Jaguaribe, 18 - Jardim Riviera, 09133-070	Creche Monteiro Lobato
267	Escola	Santo André	Recreio da Borda do Campo	-23.72748135,-46.487175680955005	Placa informativa	Cid Recr - Av. Mico Leão-Dourado, 2549 - Cidade Recreio da Borda do Campo, 09133-080	EE Prof Francisca Helena Furia
270	Escola	Santo André	Recreio da Borda do Campo	-23.7335959,-46.4797508	Placa informativa	Cid Recr - R. Tamandua Bandeira, 748 - Cidade Recreio da Borda do Campo, 09133-080	EMEIF Chico Mendes
278	Escola	Santo André	Parque Represa Billings III	-23.7676522,-46.4674904	Placa informativa	R. Astorga, s/nº - Parque Andreense, 09163-385	Creche Sueli Leal Barros/EMEIF Parque Andreense
300	Escola	Santo André	Paranapiacaba	-23.7759956,-46.29864563083942	Placa informativa	Av. Ford, 423 - Paranapiacaba, 09150-060	EE Senador Lacerda Franco
301	Escola	Santo André	Paranapiacaba	-23.778353000000003,-46.29879950505992	Placa informativa	R. Ver. João Dias Carrasqueira, s/nº - Paranapiacaba, 09150-085	EMEIF Paranapiacaba
1001	Escola	Santo André	Parque Andreense	-23.75983056,-46.45710000	Placa informativa	Av. Thomas Palau, S/N - Parque Andreense, Santo André	EE Miquelina Pedroso Magnani
43	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.74550265,-46.61248823391795	Placa informativa	R. Dom Armando Lombardi, 133 - Parque das Garcas, 09850-550	EMEB Francisco Beltran Batistini "Paquito"
44	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.7448567,-46.612342047590644	Placa informativa	Estr. dos Alvarengas, 576 - Parque das Garcas, 09850-550	EMEB Arlindo Miguel Teixeira
53	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.751972254360183,-46.60142154535766	Placa informativa	Estrada do Poney Club, 1521 - Jardim das Orquideas, 09853-005	EMEB Fernando Pessoa
57	Escola	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.7710902,-46.61065372769272	Placa informativa	R. João Saldanha, 424 - Batistini, 09842-200	EMEB Edgard de Oliveira
73	Escola	São Bernardo do Campo	Taquacetuba	-23.82104995,-46.60586908445933	Placa informativa	Estr. Taquacetuba, 3170 - Taquacetuba, 98362-250	EMEB Ítalo Damiani

Anexo III – LOCALIZAÇÃO DAS PLACAS - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO EM MANANCIAIS – FASE 1 – ETAPA 2

id	Tipo	Município	Região	latlong	Tipo de equipamento	Endereço	Referência
88	Escola	São Bernardo do Campo	Tatetos	-23.8293633,-46.565952992016776	Placa informativa	R. Quirino Emílio de Jesus, 500 - Tatetos, 09837	EMEB Professora Carmen Tabet de Oliveira Marques
98	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Finco	-23.7955537,-46.5477426	Placa informativa	Estr. Henrique Rosa, 753 - Finco, 09831-540	EMEB Maria Jose Rodrigues
129	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.741809449999998,-46.5961070513837	Placa informativa	Estr. da Cama Patente, 511 - Alvarenga, 09842-100	EE Professor Jacob Casseb
130	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.744795850000003,-46.59644155485768	Placa informativa	Estr. da Cama Patente, 504 - Alvarenga, 09842-100	EMEB Francisco Diassis Gomes
135	Escola	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.77180579090808,-46.590180093811064	Placa informativa	Rua José Martins Fernandes 343 - Batistini, 09843-790	EMEB Paulo Morando
202	Escola	São Bernardo do Campo	Botujuru	-23.760003949999998,-46.53592581473278	Placa informativa	Estr. do Vergueiro, 201 - Vila Balnearia, 09822-030	EMEB Lorenzo Enrico Felice Lorenzetti
217	Escola	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.77528965,-46.52188470190802	Placa informativa	R. Mafrá, 315 - Estoril, 09832-424	EE Tito Lima
229	Escola	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.77496035,-46.599334876628134	Placa informativa	R. Maringá, 148 - Batistini, 09843-590	EE Professora Yvone Frutuoso Prodóssimo
230	Escola	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.77561605,-46.59966888594171	Placa informativa	R. Irati, 593 - Batistini, 09843-370	EMEB Antônio dos Santos Farias
231	Escola	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.77054595,-46.59733635778606	Placa informativa	R. Fernando Pessoa, 648 - Jardim da Represa, 09844-390	EE Doutor José Gonçalves de Andrade Figueira
232	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Finco	-23.7935443,-46.539215437014406	Placa informativa	R. Maria Madalena Venzol, 152 - Jardim Brooklin, 09831-450	EE Professor José Jorge do Amaral
233	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Finco	-23.7919061,-46.537353	Placa informativa	R. D, 207 - Rio Grande, 09843-360	EMEB Prof. Sonia Regina Hernandez de Lima
236	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.7506764,-46.60027769757859	Placa informativa	R. Treze, 2 - Alvarenga, 09854-410	EE Francisco Cristiano Lima de Freitas
237	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.750985412832577,-46.599301732066	Placa informativa	Estrada do Poney Club, 1247 - Alvarenga, 09853-006	EMEB Jose Augusto Oliveira Santos
238	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.735279618118888,-46.5910539792455	Placa informativa	R. Josefina Feltrim, 69 - Alvarenga, 09850-750	EMEB Cicero Porfírio dos Santos Gilberto Lazzuri
239	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.735820147536742,-46.58997953646465	Placa informativa	Estr. dos Alvarengas, 4904 - Jardim Claudia, 09850-550	EE Prof. Maristela Vieira
240	Escola	São Bernardo do Campo	Alves Dias	-23.73369725,-46.583680000205234	Placa informativa	R. Volta Redonda, 160 - Alves Dias, 09852-700	EMEB Luiz Gushiken
241	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.738241663434888,-46.5798281386021	Placa informativa	Rua Carlos Cesar de Carvalho, 2 - Bairro dos Casa, 09840-845	EMEB Luana Lino de Souza
242	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.7302732,-46.57642296758316	Placa informativa	Vieira Um, 165 - Bairro dos Casa, 09850-590	EMEB Ondina Ignez de Oliveira
243	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.7367746,-46.5718143457483	Placa informativa	R. Carlos Wunderlick, 110 - Vila Carminha, 09840-460	EMEB Armando Zoboli
244	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.738670550000002,-46.57333109088798	Placa informativa	R. Maria Copeinski, 255 - Dos Casa, 09840-520	EE Jean Piaget
245	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.738980967909292,-46.57001860650813	Placa informativa	R. dos Pinheiros, 63 - Dos Casa, 09840-170	EMEB Prof. Rosa de Pacce dos Santos
542	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.74076,-46.60458654761049	Placa informativa	Rua Ademair Saraiva Leão, 340 - Alvarenga, 09853-120	EMEB Antônio Pereira Coutinho
543	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.7453131,-46.6078414	Placa informativa	Estr. dos Alvarengas, 7200 - Alvarenga, 09850-550	EE Prof Domingos Peixoto da Silva
544	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.741182950000002,-46.5765019376161	Placa informativa	Estr. dos Casa, 3750 - Bairro dos Casa, 09840-000	EE Mário Franciscan
545	Escola	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.7399513575318,-46.57608399576157	Placa informativa	R. Primeiro de Maio, 132 - Bairro dos Casa, 09840-770	EMEB Ari Lacerda Rodrigues
546	Escola	São Bernardo do Campo	Demarchi	-23.742439689897722,-46.56950645523097	Placa informativa	R. Principal, 203 - Dos Casa, 09841-260	EMEB Senador Teotonio Vilela
547	Escola	São Bernardo do Campo	Alves Dias	-23.734004810511525,-46.58432738021188	Placa informativa	R. Cachoeiro de Itapemirim, 53 - Alves Dias, 09852-750	EMEB Alfredo Scarpelli
548	Escola	São Bernardo do Campo	Montanhão	-23.758131690357168,-46.5306254087145	Placa informativa	R. Santa Luzia, 157 - Vila Jurubatuba, 09792-400	EMEB Eunice Alves Eneas Soares
549	Escola	São Bernardo do Campo	Montanhão	-23.75458445,-46.53100491167247	Placa informativa	Estr. da Pedra Branca, 1026 - Montanhão, 09792-002	EMEB Dom Jorge Marcos de Oliveira
3	Totem	Diadema	Serraria	-23.710827402009496,-46.60912449081388	Totem de delimitação	Av. Chico Mendes, 55 - Inamar, 09981-270	
6	Totem	Diadema	Inamar	-23.719042221369275,-46.61270276455899	Totem de delimitação	Av. Antonio Sylvio Cunha Bueno, 1148 - Inamar, 09970-160	
12	Totem	Diadema	Eldorado	-23.717176862440013,-46.62422356618352	Totem de delimitação	R. das Peróbas, 75 - Eldorado, 09973-340	
14	Totem	Diadema	Eldorado	-23.717366707964704,-46.62611197991358	Totem de delimitação	R. das Peróbas, 32 - Eldorado, 09973-340	
15	Totem	Diadema	Eldorado	-23.722085119307234,-46.6284455891186	Totem de delimitação	R. Orlando Matos, 202 - Eldorado, 09971-660	
304	Totem	Mauá	Jd. Eden	-23.661490328830105,-46.41880773736523	Totem de delimitação	R. João Batista de Lima, 308 - RP11 (Regiões de Planejamento), 09335-040	
319	Totem	Mauá	Nc. Sampaio Vidal (sf-35)	-23.641673310546857,-46.42080948471988	Totem de delimitação	Estr. de Sapopemba, 21 - Cidade Tiradentes, São Paulo - SP, 09330-670	
335	Totem	Mauá	Jd. Luzitano	-23.66692799820836,-46.412809554662715	Totem de delimitação	R. Amaro Corrêa, 183 - Jardim Luzitano, 09330-360	
336-A	Totem	Mauá	Jd. Feital	-23.650667,-46.420642	Totem de delimitação	Av. Dona Benedita Franca da Veiga, em frente ao n. 2019 (outro lado da rua) - Feital, Mauá - SP, 09330-620	
291	Totem	Ribeirão Pires	Reprêsa	-23.749395676195736,-46.44644706004048	Totem de delimitação	Estr. do Caçula, 130 - Represa, 09415-100	
352	Totem	Ribeirão Pires	Pastoril	-23.71847526878594,-46.40380368423909	Totem de delimitação	Rua Porfírio Dias - Pastoril, 09415	
353	Totem	Ribeirão Pires	Pastoril	-23.71955679684028,-46.40619498888237	Totem de delimitação	Av. Kaethe Richers, 1839 - Pte. Seca, 09411-700	
363	Totem	Ribeirão Pires	Santa Luzia	-23.68857798332556,-46.381826310737274	Totem de delimitação	Rua Professor Antônio Nunes, 1258-1268 - Jardim Boa Vista, 09431-170	
373	Totem	Ribeirão Pires	Centro Ouro Fino Paulista	-23.67062216537669,-46.34845464212827	Totem de delimitação	SP-031, 3005 - Represa, 09442-000	
376	Totem	Ribeirão Pires	Tecelão	-23.653280670320477,-46.37127011105933	Totem de delimitação	Estr. de Sapopemba, 2835 - Tecelão, 09436	
401	Totem	Ribeirão Pires	Centro	-23.713037691077602,-46.41487839189796	Totem de delimitação	R. Cap. José Galo, 10 - Centro, 09400-080	Centro Alto
414	Totem	Ribeirão Pires	Bocaina	-23.70253481075157,-46.435545267088166	Totem de delimitação	R. Floresta, 766-822 - Bocaina, 09426-200	
419	Totem	Ribeirão Pires	Centro Alto	-23.71312665,-46.41666710504056	Totem de delimitação	R. Jorge Tibiriçá, 7 - Centro Alto, 09424-130	Paróquia São José
456	Totem	Rio Grande da Serra	Centro	-23.75343044023737,-46.40171511071057	Totem de delimitação	Parque dos Ipês - Av. Santa Tereza - Jardim Santa Tereza, 09450-000	
465	Totem	Rio Grande da Serra	Centro	-23.74418367750535,-46.39262707155954	Totem de delimitação	R. Pref. Carlos José Carlson, 180 - Centro, 09450-000	
248	Totem	Santo André	Parque do Pedroso	-23.713822622493268,-46.49991194270336	Totem de delimitação	Estrada do Pedroso - Santo André, SP, 09132-605	
250	Totem	Santo André	Parque do Pedroso	-23.724529656707986,-46.49480243988972	Totem de delimitação	Estr. do Pedroso, 3283 - Cid Recr, 09133-000	
276	Totem	Santo André	Parque Represa Billings III	-23.76705539370704,-46.46727256322998	Totem de delimitação	R. Foz Do Iguaçu, 1 - Parque Represa Billings, 09163-430	
282	Totem	Santo André	Jardim Clube de Campo	-23.76234594720158,-46.46146866114872	Totem de delimitação	SP-031 Rod. Índio Tibiriçá, km 38,4 oeste - Parque Represa Billings, 09160-220	Sítio Taquaral
293	Totem	Santo André	Paranapiacaba	-23.77867225,-46.30219836088354	Totem de delimitação	R. Direita, 21 - Paranapiacaba, 09150-230	
295	Totem	Santo André	Paranapiacaba	-23.77797846136262,-46.300080243107594	Totem de delimitação	Av. Antonio Olyntho, 470 - Paranapiacaba, 09150-040	
48-A	Totem	São Bernardo do Campo	Curucutu	-23.891500 -46.601849	Totem de delimitação	Est. Flor das Pétalas x Est. do Capivari, Curucutu	

Anexo III – LOCALIZAÇÃO DAS PLACAS - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO EM MANANCIAIS – FASE 1 – ETAPA 2

id	Tipo	Município	Região	latlong	Tipo de equipamento	Endereço	Referência
49-A	Totem	São Bernardo do Campo	Curucutu	-23.897050 -46.602152	Totem de delimitação	Estrada do Capivari - Curucutu	
63	Totem	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.76603902897778,-46.59330381677621	Totem de delimitação	Estr. Galvão Bueno, 262a - Jardim da Represa, 09842-080	
69	Totem	São Bernardo do Campo	Taquacetuba	-23.8025045,-46.6186651	Totem de delimitação	Estr. Taquacetuba, 25 - Taquacetuba	Balsa de Taquacetuba
89-A	Totem	São Bernardo do Campo	Curucutu	-23.866415 -46.579023	Totem de delimitação	Estrada do Matarazzo - Curucutu	
92-A	Totem	São Bernardo do Campo	Montanhão	-23.752563 -46.531205	Totem de delimitação	Rua Carlos Augusto - Montanhão	
104	Totem	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.77703180184747,-46.529307946651244	Totem de delimitação	R. Heinrich Nordoff, 158 - Parque Riacho Grande, 09830-180	
108	Totem	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.77835151798031,-46.53286824386778	Totem de delimitação	Av. Amazonas, 27 - Rio Grande, 09830-140	Prainha - Riacho Grande
155	Totem	São Bernardo do Campo	Demarchi	-23.747194501554734,-46.56822916997856	Totem de delimitação	Estr. Galvão Bueno, 537 - Demarchi, 09842-080	
175	Totem	São Bernardo do Campo	Cooperativa	-23.72508676476783,-46.588211797535656	Totem de delimitação	Estr. Keiji Kimura, 265 - Jardim Uenoyama, 09852-010	
201	Totem	São Bernardo do Campo	Botujuru	-23.7574567,-46.5348525	Totem de delimitação	Estr. do Vergueiro, 0 - Parque Botujuru, 09822-030	
173-A	Rua	São Bernardo do Campo	Dos Alvarenga	-23.737274, -46.590918	Placa de identificação	Estrada dos Alvarengas	Estrada dos Alvarengas
65	Rua	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.775248309913025,-46.59660766642977	Placa de identificação	Rua Anita Malfatti, 577 - Jardim da Represa, 09843-000	Pracinha
121	Rua	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.777892100000003,-46.53086849759067	Placa de identificação	Av. Araguaia, 284 - Rio Grande, 09830-110	Subprefeitura do Distrito de Riacho Grande
234	Rua	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.7821092,-46.5298409	Placa de identificação	R. Marcílio Conrado, 174 - Vila do Rio Grande, 09830-291	Parada UPA 24H Riacho Grande
1002	Rua	São Bernardo do Campo	Rio Grande	-23.771543, -46.521041	Placa de identificação	R. Portugal, 891 - Estoril, São Bernardo do Campo - SP, 09832-400	Em frente à associação dos funcionários públicos
1003	Rua	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.758535, -46.589349	Placa de identificação	Estr. da Cama Patente, 6202 - Alvarenga, São Bernardo do Campo - SP, 09842-100	
144-A	Rua	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.753142,-46.583684	Placa de identificação	R. das Flores, 495 - Batistini, 09726-310	C.A. Palmerinha
151-A	Rua	São Bernardo do Campo	Batistini	-23.747163, -46.567833	Placa de identificação	Estr. Galvão Bueno, 5.600 - Demarchi, 09842-080	Terminat Batistini
1006	Rua	São Bernardo do Campo	Dos Casa	-23.739593, -46.574349	Placa de identificação	R. dos Sobreiros, 446 - Bairro dos CasaSão Bernardo do Campo - SP, 09840-215	Em frente à delegacia
197	Rua	São Bernardo do Campo	Assunção	-23.7286572,-46.57435840485992	Placa de identificação	Rua Vitoria, 24b - Jardim Claudia, 09852-063	Coop
1007	Rua	São Bernardo do Campo	Parque Botujuru	-23.756218, -46.557538	Placa de identificação	Av. Nicola Demarchi, 1852 - Parque BotujuruSão Bernardo do Campo - SP	
207	Rua	São Bernardo do Campo	Balneária	-23.7658309,-46.5344006	Placa de identificação	Estr. Martin Afonso de Souza, 108 - Vila Balnearia, 09822-250	
224	Rua	São Bernardo do Campo	Varginha	-23.783603545645644,-46.4921468623105	Placa de identificação	Estr. da Cocaia, 1 - Rio Grande, 09832-100	
223	Rua	São Bernardo do Campo	Zanzalá	-23.81435864272159,-46.47918718540235	Placa de identificação	Estr. Galembeck, 1 - Zanzala, 09834-270	
76	Rua	São Bernardo do Campo	Santa Cruz	-23.840324028506974,-46.5917824921087	Placa de identificação	Estr. do Rio Acima, 10892 - Taquacetuba, 09831-465	
82	Rua	São Bernardo do Campo	Curucutu	-23.8569620925696,-46.6072406554638	Placa de identificação	Estr. Água Limpa, 1700 - Curucutu, 09835	
85	Rua	São Bernardo do Campo	Tatetos	-23.825431615419443,-46.56500784646298	Placa de identificação	Estr. Ernesto Zabeu, 2725 - Tatetos, 09837-350	
87	Rua	São Bernardo do Campo	Capivari	-23.824356185787877,-46.55265838044642	Placa de identificação	Estr. do Rio Acima, 5874 - Jardim Do Lago Azul, 09835-495	
99	Rua	São Bernardo do Campo	Dos Finco	-23.787545846315606,-46.53395577426794	Placa de identificação	Estr. do Rio Acima, 1018 - Finco, 09831-425	
74	Rua	São Bernardo do Campo	Taquacetuba	-23.802508, -46.617546	Placa de identificação	Estr. Taquacetuba, 31 - TaquacetubaSão Bernardo do Campo - SP	Segunda balsa

ANEXO IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO EM MANANCIASIS – FASE 1 – ETAPA 2

(INDICADO EM BIMESTRES)

Descrição da Atividade	Ordem	1	2	3	4	5	6	Total
PLACA INFORMATIVA ESCOLAS - Produção e instalação	1		R\$ 205.602,75	R\$ 205.602,75				R\$ 411.205,50
			X	X				
PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO - Produção e instalação	2				R\$ 197.877,48			R\$ 197.877,48
					X			
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO (complementar para SBC)	3					R\$ 133.651,00		R\$ 133.651,00
						X		
Equipe de coordenação: Plano de Trabalho e Equipe de acompanhamento, georreferenciamento, vistorias prévias para confirmação dos locais e posterior às implantações	4	R\$ 13.707,96	R\$ 13.707,96	R\$ 13.707,96	R\$ 13.707,96	R\$ 13.707,96	R\$ 13.707,96	R\$ 82.247,76
		X	X	X	X	X	X	
TOTAL		R\$ 13.707,96	R\$ 219.310,71	R\$ 219.310,71	R\$ 211.585,44	R\$ 147.358,96	R\$ 13.707,96	R\$ 824.981,74

Anexo V– PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE SINALIZAÇÃO EM MANANCIAIS – FASE 1 – ETAPA 2

Ordem	Descrição Item	Referência de Preço	Unid.	Quantidade	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS - Produção e instalação					R\$ 411.205,50
1.1	Santo André	COTAÇÃO	unid	8,00	4726,50	37812,00
1.2	São Bernardo do Campo	COTAÇÃO	unid	35,00	4726,50	165427,50
1.3	Diadema	COTAÇÃO	unid	15,00	4726,50	70897,50
1.4	Mauá	COTAÇÃO	unid	2,00	4726,50	9453,00
1.5	Ribeirão Pires	COTAÇÃO	unid	15,00	4726,50	70897,50
1.6	Rio Grande da Serra	COTAÇÃO	unid	12,00	4726,50	56718,00
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO - Produção e instalação					R\$ 197.877,48
2.1	Santo André	COTAÇÃO	unid	6,00	5348,04	32088,24
2.2	São Bernardo do Campo	COTAÇÃO	unid	11,00	5348,04	58828,44
2.3	Diadema	COTAÇÃO	unid	5,00	5348,04	26740,20
2.4	Mauá	COTAÇÃO	unid	4,00	5348,04	21392,16
2.5	Ribeirão Pires	COTAÇÃO	unid	9,00	5348,04	48132,36
2.6	Rio Grande da Serra	COTAÇÃO	unid	2,00	5348,04	10696,08
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO (complementar para SBC)					R\$ 133.651,00
3.1	São Bernardo do Campo	COTAÇÃO	unid	20,00	6682,55	133651,00
4	Equipe de coordenação: Plano de Trabalho e Equipe de acompanhamento					R\$ 82.247,76
4.1	Equipe de coordenação: Plano de Trabalho e Equipe de acompanhamento, georreferenciamento, vistorias prévias para confirmação dos locais e posterior às implantações	COTAÇÃO	mês	12,00	6853,98	R\$ 82.247,76
TOTAL						R\$ 824.981,74

ANEXO IV
TERMO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

MINUTA DO CONTRATO Nº

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 58.151.580/0001-06, e com sede na Avenida Ramiro Colleoni, 5, Centro, CEP: 09040-160, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Secretário Executivo, Sr. Aroaldo Oliveria da Silva, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a), Sr(a)....., doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, aplicando-se os preceitos de direito público, as normas e princípios de direito administrativo e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “O objeto da presente licitação é Implantação do plano de sinalização e identificação visual nas áreas de mananciais dos municípios do Grande ABC - fase I - Etapa 2 -Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias informadas no Termo de Referência. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 - Instalação de 144 (cento e quarenta e quatro) placas, distribuídas nas seguintes tipologias abaixo informadas:

Quantitativos de equipamentos A REALIZAR - Fase I – Etapa 2 em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
------	-----------	------------

1	PLACA INFORMATIVA ESCOLAS	87
2	PLACA TOTEM DELIMITAÇÃO	37
3	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO	20
TOTAL		144

Fonte: CIGABC, 2025

Placas Informativas, com textos, junto às escolas - PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA PLASTICA 87x205,4CM, conforme figuras abaixo, totalizando 87 (oitenta e sete) unidades, conforme projeto executivo disposto no Anexo I e locais preliminares de implantação dispostos no Anexo II:

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório identificado no preâmbulo acima, e seus anexos, bem como, à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste contrato, na forma dos artigos 105 e 111, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo para execução completa do objeto é de 12 (doze) meses, a contar da Ordem de Início dos trabalhos, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, constam no Termo de Referência e seus anexos, partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação própria, prevista nos orçamentos para o exercício de 2026, na classificação: 01.01.18.544.0002.1.004.339039.02.1000000

4.2. Dados do Convênio: CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS FEHIDRO - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

4.2.1 – Contrato FEHIDRO nº 328/2023, assinado em 14 de setembro de 2023.

4.2.2 – Valor de repasse **remanescente**: R\$ 824.982,20 (oitocentos e vinte quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).

4.2.3 – Valor de Contrapartida: R\$ 0,00 (zero).

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4. O pagamento será efetuado, conforme medição(ões) estabelecidas no Termo de Referência e no cronograma físico financeiro, respeitada a ordem cronológica de pagamentos da contratante.

5.4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura.

5.4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução de cada etapa, conforme objeto do contrato.

5.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária pelo IPCA-E (IBGE).

5.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo de cada etapa da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.8.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.8.4. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.8.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.8.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.9. Não será permitida a antecipação de pagamento, devendo-se respeitar as etapas do cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do Orçamento estimado;

6.2. Se o caso, após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.8. Do reequilíbrio

6.8.1. O contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato, tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida (art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133/2021).

6.8.2. Eventual requerimento de revisão de preço pela Contratada será submetido à análise jurídica do órgão representativo do Consórcio Grande ABC.

6.8.3. O pedido de realinhamento de preços deverá ser apresentado em requerimento embasado na Legislação de Regência, com justificativas e comprovações acerca da(s) hipótese(s) previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº. 14.133/2021, não sendo admitida a mera exibição de notas fiscais de fornecedores pelo Contratado.

6.8.4. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.8.5. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços ou do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação. Na hipótese, a empresa contratada não poderá suspender a prestação dos serviços sem a autorização expressa da Administração.

6.8.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro.

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante.

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Consórcio Grande ABC para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.10. Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.12. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.12.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

7.12.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado.

7.12.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

7.12.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.15. Exigir do Contratado que providencie as documentações como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

7.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

7.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II).

8.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, bem como, a proposta técnica apresentada, nos termos do artigo 38, da Lei nº 14.133/2021.

8.4.1. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos ao setor responsável pela fiscalização do contrato, quando não for possível a verificação de sua regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

8.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução.

8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou documento congênere.

8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação, ou para qualificação, na contratação direta.

8.19. Quando obrigada, cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

8.19.1. A comprovação do disposto na cláusula anterior, se dará no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

8.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.24. Disponibilizar à contratante todos os meios de contatos existentes, como: endereço completo, pessoa de contato, e-mail e telefone.

8.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.26. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução.

8.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

8.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8.29. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

8.30. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

8.31. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

8.32. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao local/imóvel para a execução dos serviços.

8.33. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

8.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

8.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

8.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

8.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

8.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

8.39. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

8.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

8.41. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais

defeituosos ou com vício, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.43. Emitir e recolher as competentes Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) sobre os serviços contratados.

8.44. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame e deste contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não será exigida garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 'b' a 'g' acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 'h' a 'l' acima, bem como nas descritas nas demais alíneas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

d) Multa:

d.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, respeitando-se o limite mínimo de 0,5% da multa com base no valor do contrato, e percentual máximo de 30%.

d.2. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d.3. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, respeitando-se o limite mínimo de 0,5% da multa com base no valor do contrato, e percentual máximo de 30%.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do(s) dano(s) causado(s) à Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/2021);

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021);

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021);

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da sobredita Lei de Regência.

11.6. Constituirão motivos para extinção do contrato, que deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do responsável pela contratada.
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.
- f) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
- g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.6.1. Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos neste item.

11.7. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021.
- b) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
- d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

11.8. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.
- b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei 14.133/2021.

11.9. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 Lei Federal 14.133/2021, caso ocorra, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.10. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.11. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.12. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia, se estabelecida.
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.
- c) pagamento do custo da desmobilização.

11.13. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para:

I- Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II- Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabíveis;

III- Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV- Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

V- Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

11.13.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

11.13.2. Na hipótese da letra “b” deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente, conforme o caso.

11.14. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.14.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.14.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

11.14.3. Indenizações e multas

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação, por parte do Contratante, por meio dos fiscais por ele indicado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no seu cumprimento, assim como, determinar as providências necessárias para suas respectivas correções.

12.2 – A Contratante, designará através de ato administrativo o(s) responsável (is) pela fiscalização e gestão da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de Abril de 2021, e das demais normas complementares aplicáveis.

14.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. É eleito o Foro de Santo André/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas.

Santo André/SP, de de 2026.

Contratante

Contratada

Testemunhas: